



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

A T A nº 06/2022

Aos vinte e sete de junho de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal do Seixal, na sua **3ª sessão ordinária de 2022**, nas instalações dos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal, presidida por Alfredo José Monteiro da Costa e secretariada pelo 1º Secretário, Américo Augusto de Oliveira da Costa, e pela 2ª secretária, Vanda Patrícia Machado Correia Carvalho, com a seguinte Ordem de Trabalhos, divulgada pelo edital nº 19/2022, de 20 de junho.

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DA POPULAÇÃO.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

III.1. Informação sobre requerimentos de eleitos da Assembleia Municipal.

III.2. Constituição e estrutura das Comissões Permanentes e Específicas da Assembleia Municipal. Aprovação.

III.3. Apreciação de informação da Câmara, sobre a atividade desta, nos termos e para efeitos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

III.4. Apreciação de informação do Presidente da Câmara, sobre a atividade do município e situação financeira do mesmo, nos termos e para efeitos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

III.5. Prorrogação do prazo de constituição e cedência gratuita do Direito de Superfície a favor da AURPIA (Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Amora). Adenda. **Aprovação.**

III.6. Prorrogação do prazo de constituição e cedência gratuita do Direito de Superfície a favor da AURPIS (Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos do Seixal). Adenda. **Aprovação.**

Estiveram presentes, para além dos membros da Mesa:

Da CDU: Armando da Costa Farias, Carlos Alberto de Sousa Pereira, Catarina dos Santos Teixeira, Manuel António Rosado Janeiro, Manuel Francisco Guerreiro, Maria João Fortes de Matos Louro, Maria Manuela Palmeiro Calado, Maria Odete Jesus Filipe, Nuno Filipe Oliveira Graça e Rafael Fortes Louro.

Do PS: Ana Maria Ferreira Jorge, Fátima Aidil Soares de Carvalho, Isabel da Conceição Abreu Rebouta Antas, João Diogo Fernandes Leal; Joaquim Gomes Carvalho Cabral, José António Geraldês Dias Ramos, Rui Miguel Santos Brás, Samuel Pedro da Silva Cruz, Sérgio Miguel Carreiro Ramalhete, Telma Cristina Lopes de Lima e Tomás Baptista Costa dos Santos.

Do PSD: David Miguel Martins, Maria Luísa Marques da Gama e Rui Miguel Lança Belchior Pereira.

Do BE: Isabel Maria Filipe da Cruz e Mário André Pinheiro de Magalhães Macedo.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

Do CH: Nuno Emanuel Monteiro Capucha.

Independente: Soraia Raquel Pereira da Silva Rosário.

Do PAN: Ivo Filipe Baptista Gomes

Estiveram ainda presentes o Presidente da Junta de Freguesia de Corroios Hugo Ricardo Monteiro Constantino. Maria Helena Arraiolos Quinta em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Amora, Luís Manuel Rebelo Cardoso Alcoforado em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Fernão Ferro e Manuel António de Carvalho em substituição da Presidente da União das Freguesias de Aldeia de Paio Pires, Arrentela e Seixal.

Para além do Presidente da Câmara Municipal do Seixal, Joaquim Cesário Cardador dos Santos, estiveram presentes os seguintes Vereadores: Paulo Alexandre da Conceição Silva, Maria João Varela Macau, Joaquim Carlos Coelho Tavares, Bruno Filipe Ventura Santos, Eduardo Manuel Rodrigues, Miguel Ferreira Feio, Elisabete Manuela Pereira Adrião, Nuno Miguel dos Anjos Sousa Moreira, Bruno Miguel Machado Vasconcelos e Henrique José Livreiro Viçoso Freire.

A Sessão teve início cerca das 20:45.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Em primeiro lugar o Senhor Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e Sras Vereadoras, os Senhores Eleitos da Assembleia Municipal, a população que está connosco aqui nesta sessão da assembleia, e cumprimentar também os nossos trabalhadores da Assembleia Municipal e da Câmara. Esta 3.ª sessão ordinária, é a 3.ª sessão ordinária deste ano, a primeira informação aos pedidos de substituição da CDU – Luís Ventura, por Manuel Guerreiro, Paula Santos, por Maria Odete Filipe, Fernando Sousa, por Manuel Janeiro. Ausências, portanto, não participará na sessão de assembleia, o independente Henrique Rodrigues, e, portanto, é uma justificação por motivos de ordem pessoal e familiar. Substituições: o presidente da Junta de Freguesia de Amora, é substituído pela secretária daquela junta – Mariana Helena Quinta. O presidente da Junta de Freguesia de Fernão Ferro, é substituído pelo tesoureiro desta Junta – Luís Manuel Alcoforado, e a presidente da União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Paio Pires, é substituída pelo tesoureiro desta União – Manuel António de Carvalho. Passamos para o período... Eu não cumprimentei também a mesa. Quero cumprimentar, naturalmente, o senhor primeiro secretário e a segunda secretária. Passamos para o 1.º ponto da ordem de trabalhos que é o período de intervenção da população, e temos duas inscrições. A primeira: André Nunes, e tem a palavra. Faça o favor.

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DA POPULAÇÃO.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “André Nunes, tem a palavra. Faça o favor.

Sr. André Nunes disse: “Enquanto associado e seguidor dos contaminados fiquei a saber que nas últimas semanas se registaram três acidentes graves nas instalações da SN Megasa. E eu venho pedir um comentário ao senhor presidente. O primeiro acidente diz respeito ao rebentamento de uma mangueira de alta pressão, que vazou um olho ao trabalhador, sendo que, pelo que se



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

conhece, o posto médico da fábrica não estaria aberto, algo que dificultou a assistência e se traduziu na impossibilidade de se em recuperar o órgão em tempo útil. Considera aceitável que uma empresa destas, com tamanha dimensão e risco, possa laborar sem um posto médico, permanentemente aberto? Esta era a primeira pergunta. O segundo acidente teve lugar dias depois, e traduziu-se numa explosão na asséria que projetou a campânula da panela, que pesa várias toneladas, a vários metros de altura. Diz quem viu - “Que só não houve feridos por sorte.” Num comunicado à Associação dos Contaminados, é dito que – “Foram enviadas várias exposições para várias entidades governamentais, nas quais a Câmara Municipal, sendo que de todas elas, esta foi a única que não respondeu. Pergunto se a Câmara Municipal convive bem com objetos voadores não identificados? Por último, um terceiro acidente, dum trabalhador que foi, literalmente prensado na laminagem, isto após o equipamento ter funcionado mesmo com a porta aberta. O resultado foi uma lesão na perna, e só não foi fatal, porque calhou. Sendo verdade que – acidentes acontecem – e não apenas na siderurgia, o que me chamou a atenção no comunicado da associação, foi o facto de, após este acidente, a Autoridade para as Condições de Trabalho, ter convocado alguns trabalhadores para se inteirar de mais detalhes, e a administração da Megasa ter feito saber aos mesmos que não se deviam dirigir à ACT, sem se fazerem acompanhar de um Advogado designado pela empresa. Eu sei, do tempo em que fui autarca nesta assembleia, que as questões ambientais dizem pouco ao senhor presidente, e que por esse motivo, convive bem com uma atividade que é tendencialmente lesiva da saúde da população, e dos valores naturais. Mas acalento a esperança, uma vez que estão em causa os direitos dos trabalhadores, e sendo o PCP o auto proclamado partido destes, que episódios como os que relatei, merecessem à Câmara Municipal, um olhar mais atento, e uma ação mais firme, pelo que lhe pergunto se tem conhecimento destes três episódios e tendo, o que fez a Câmara Municipal, enquanto entidade que tem boas relações com a SN, e não tendo, o que fará? Por último, umas notas soltas, já sobre outros assuntos. Os bocados de alcatrão pintados de verde, a que a Câmara Municipal chama de ciclovias, continuam ao abandono, ora com buracos, ora com raízes, ora com elementos cortantes, com bocados de vidro, e até pregos. Pergunto o que tenciona fazer a Câmara Municipal quanto a isto? As zonas da Marisol, e da Quinta da Lobateira, continuam a ser um paraíso para quem gosta de descartar ilegalmente resíduos. Por último. Sobre o funcionamento desta assembleia, apenas para lamentar que se continua a não publicitar convenientemente estas sessões, e a difundir o que aqui se passa. É caso para dizer – Mudam-se os tempos, mas não se muda nada.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o João Carlos Pereira.”

Sr. João Carlos Pereira disse: “Senhor presidente da Câmara Municipal do Seixal. Estou nesta sessão em representação da Associação dos Contaminados. No dia 09 de setembro, do ano passado, enviámos à Câmara Municipal do Seixal, um conjunto de questões, dez, relacionadas com a remoção de resíduos resultantes da atividade siderúrgica. Dias depois a Câmara respondeu-nos, dizendo e cito – “A Câmara Municipal do Seixal está a reunir junto da Baía Tejo a informação requerida pela vossa associação, sobre as operações realizadas e resíduos removidos, a qual será remetida com a maior brevidade possível.” Senhor presidente, passaram 9 meses desde a resposta



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

e continuamos a não ter resposta a nenhuma das perguntas colocadas e uma delas era muito simples. Por aquilo que eu li que o senhor presidente escreveu no Facebook, na página municipal, e penso que também na sua página pessoal, que dizia que entre as iniciativas que iam ser tomadas, todos os elementos contaminantes e contaminados, e só os contaminados, tudo aquilo que estava ali, que era, de facto, um perigo para a saúde pública, seria enviado, não sei quantas toneladas, mas bastantes para um aterro dedicado a este tipo de resíduos. Nem a designação, a localização e o nome do aterro, pelo menos, parece-me que o senhor soubesse nessa altura. Passado este tempo, ainda não foi possível, com certeza, perguntar o que havia de ser perguntado à Baía Tejo. Mas já que aqui estamos, aproveito para falar de outro tema relacionado com o passivo, que devia dizer industrial do concelho, mas isso era tomar o comboio segundo o qual os problemas ambientais deste concelho são da atividade industrial, numa maneira geral. Diluindo, desta maneira, uma entidade poluidora, que não tem comparação, penso eu, em mais lado nenhum deste concelho. E ficam, portanto, têm ficado, portanto, por responder as questões, e relativamente à poluição industrial do concelho, ou duma parte do concelho, já que, por exemplo, na Verdizela, em Belverde, ou noutros locais, o ar não é o que é aldeia de Paio Pires, foi necessário encomendar estudos epidemiológicos, depois do esforço da Associação dos Contaminados. E passados todos estes anos – 13 – relembro que, neste momento, uma das questões que, desde sempre, colocámos ao senhor presidente, também não foi respondida. Quantos casos por carcinoma de pulmão, e doença pulmonar obstrutiva crónica ocorreram entre a população de Paio Pires, e trabalhadores, e antigos trabalhadores da Megasa, só nos últimos 30 anos? Esta pergunta nunca foi respondida. Porque eu concluo que, para além dos esforços que a Câmara Municipal tem feito nesse sentido, obter as respostas, provavelmente o sistema nacional de saúde, o governo, as entidades que mandam neste país, não têm estatísticas que nos digam isto. Ou não têm, ou não querem ter, ou tendo, não as querem divulgar. É bom que se esclareça o seguinte. Ninguém que resida perto da Megasa, ou nela trabalhando, ou tendo trabalhado, foi alvo de qualquer exame à sua condição de saúde. Não foram feitos estudos. Os estudos que foram divulgados, a população da aldeia de Paio Pires, para além disso, foi incluída não no lote de quinze mil pessoas, mas também com a população de Arrentela e com a população do Seixal, que não sofrem diretamente os efeitos do fabrico, que é realizado todos os dias, 24h por dia, em aldeia de Paio Pires. Foi passado também pelo senhor presidente à população e cito, de que – “A exposição aos poluentes identificados, num estudo que foi feito, estudo de saúde, não constituía um risco maior para a saúde.” O senhor presidente divulgou, ou mandou divulgar esta ideia do estudo que o Prof. Pedro Aguiar fez, ou deliberou, concluiu o senhor presidente, que daquele estudo não se podia concluir que a poluição provocada pela Megasa tinha efeitos negativos na saúde. E o senhor presidente fez o favor de ignorar aquilo que ele disse logo a seguir. E o que é que ele disse logo a seguir? Eu vou ler. – “Que também não se pode inferir de forma definitiva que a exposição aos poluentes identificados não constituía um problema de maior.” Quer dizer, o Prof. Pedro Aguiar, não pode responder, porque disse ele, e eu ouvi, porque vi o vídeo, disse ele que – “Os dados eram



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

insuficientes, e não eram aqueles que necessitaria para fazer um estudo que desse respostas conclusivas.” Por isso, senhor presidente, o que eu pergunto é: sabe, ou não sabe...

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Sr. João Carlos Pereira, já ultrapassou, um bocadinho, os 5 minutos.

Sr. João Carlos Pereira disse: “Eu vou terminar. Eu não sabia que era 5 minutos, porque eu não ouvi a explicação.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Está bem. É falta minha. Mas o regimento...

Sr. João Carlos Pereira disse: “Então, eu desculpo a sua falta.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Exatamente.

Sr. João Carlos Pereira disse: “Sabe, ou não sabe a Câmara quantos óbitos por carcinoma do pulmão, e doença pulmonar obstrutiva crónica, ocorreram entre a população da aldeia de Paio Pires? Sabe, ou não sabe? E para quando os estudos médicos que, após a inconclusividade dos realizados, o senhor prometeu? Eu penso que, com certeza, que terá uma resposta, antes de abandonar o seu cargo, conforme consta por aí. Boa noite.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Bom, terminadas as intervenções da população, tem a palavra o senhor presidente da Câmara Municipal do Seixal, Joaquim Santos. Faça o favor, senhor presidente.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Muito obrigado, senhor presidente da assembleia municipal do Seixal. Cumprimento a sua pessoa à mesa, a todos os eleitos da Câmara Municipal, os senhores vereadores da Câmara Municipal, a população, os trabalhadores. E, de facto, uma vez mais, reiterar a importância destes órgãos de proximidade que são o poder local democrático, que permitem que a população aqui venha expor as suas questões. Agradeço também aos dois intervenientes, a forma como colocaram as questões bastante importantes. Sobre a primeira intervenção, referir que é preocupante que as empresas não acautelem aquilo que tem a ver com a segurança, e os direitos dos trabalhadores, isto para além das questões ambientais no caso, em concreto, da SN - Seixal. Por isso, partilhamos da preocupação com os acidentes que têm acontecido, com a gravidade que aqui foi relatada e que eu desconhecia, e que revela, por um lado, uma empresa que é displicente, naquilo que são a aplicação de planos de segurança e saúde no trabalho que são obrigatórios em todas as organizações, e eu quero dizer que (aqui na Câmara do Seixal) nós temos uma equipa especializada em segurança e saúde no trabalho, e que após, ou qualquer acidente que aconteça, não só faz o relato como propõe medidas. Tal como também temos a prática de fazer visitas aos serviços e inspeções para detetar anomalias e antecipar problemas. Este é um aspeto que consideramos muitíssimo importante, e revela, por outro lado que as autoridades que têm essas competências, e que são autoridades que estão tuteladas pelos governos do PS, não estão a desempenhar o seu trabalho. Porque se há este tipo de acidentes, com esta gravidade, e de forma recorrente como aqui foi explanado, de facto, a ACT, e o Ministério da Economia, têm de tomar medidas junto desta empresa. Por isso, em resumo, partilhamos desta



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

preocupação, e dizer que vamos continuar a acompanhar esta questão, para que possamos também ajudar naquilo que deve ser a obrigação destas empresas, para a prevenção da saúde dos seus trabalhadores, e também das questões de segurança. Depois sobre as ciclovias, referir que a Câmara Municipal, vai prosseguir o seu projeto de alargamento de ciclovias no município, estamos a preparar a próxima intervenção, e para além disso vamos também avançar com veículos de mobilidade elétrica, as chamadas trotinetes elétricas que aliás já foram até anunciadas pelo próprio município, que vão ser mais um elemento de mobilidade, neste caso, mobilidade verde, para que possamos também começar a alterar os paradigmas de utilização de transporte individual, pelo transporte individual elétrico, ou o transporte coletivo agora com a carris metropolitana. Sobre a questão dos resíduos, é, de facto, uma grande luta que temos estado a travar, mas eu diria com sucesso. De facto, é hoje notório, o grande trabalho que a Câmara Municipal tem feito com o aumento de posição do município que tem acontecido, e com uma ação da Câmara Municipal, em todas as áreas, inclusive nestas duas que foram referidas, a Marisol, em Corroios, no sentido de podermos, cá está, resolver problemas, porque, de facto, uma parte da população, e não são todas as pessoas, como é evidente, mas uma parte da população, não respeita nem a si, nem os seus vizinhos, ao depositar resíduos sem o devido acondicionamento, nem o contacto com o município. Quando nós temos, como também a própria assembleia municipal do Seixal bem sabe, quando nós temos linhas próprias para agendar a recolha deste tipo de materiais. Temos também utilização suficiente e um investimento fortíssimo da Câmara Municipal, e neste sentido vamos continuar esta batalha, que é uma batalha, eu diria, da civilização, porque, de facto, os resíduos nos discursos políticos são sempre muito bem, mas depois na realidade do dia-a-dia, de facto, há muito a fazer. Registrar também que o senhor Ministro do Ambiente visitou recentemente a SN - Seixal. Aliás, eu soube porque me ligaram do gabinete, o senhor ministro às 13h00 e ele ia fazer uma visita à SN - Seixal às 14h00, ou às 14h30. Agradei o convite, mas, de facto, com este apertado calendário de convite, não me foi possível acompanhar o senhor ministro da ambiente, mas vou-lhe pôr numa reunião que tenha agendada com o próprio, quando estiver, eu vou-lhe perguntar como ministro que tutela a pasta do ambiente, e que foi visitar, o Ministro do PS que tutela a pasta do ambiente e que foi visitar a SN - Seixal, se, de facto, identificou todos estes problemas que nós temos vindo a identificar, e também que medidas o governo vai tomar, quer do ponto de vista do Ministério da Economia, que tem a licença industrial, e do ponto de vista do Ministério do Ambiente, que tem a licença ambiental, que medidas é que vai tomar para que a empresa cumpra aquilo que são os parâmetros, eu diria Europeus e normais, relativamente, quer às questões da segurança e saúde no trabalho, quer às questões ambientais, como é evidente. Depois, sobre os officios, não respondemos. De facto, desconhecia esta questão, em concreto, mas irei verificar para que possa ser respondida. Presumi da intervenção, que estaríamos a falar duma ação de descontaminação dos terrenos por parte da empresa pública Baía do Tejo, que também é tutelada pelo governo do PS, através do Ministério das Finanças, do anterior presidente de Câmara de Lisboa, o Ministro Medina, e, portanto, é esta empresa do Ministro Medina, que está a descontaminar os solos do passivo histórico, causado



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

pelo Estado, ao não ter resolvido esse problema durante décadas, e por isso, claro, a Câmara Municipal do Seixal, é a primeira interessada, em nome da população, para que acompanhe o processo e que possa responder. Também referir que a Câmara do Seixal, não se pode substituir ao Serviço Nacional de Saúde, naquilo que é o acompanhamento médico, e clínico dos casos, até porque há questões relacionadas com o sigilo, em termos daquilo que é a saúde dos cidadãos, mas, no entanto, aquilo que fizemos com a Escola Nacional de Saúde Pública, foi, de facto, um estudo onde podemos fazer uma comparação entre a população das União de Freguesias, e a população duma freguesia semelhante do conselho vizinho, e onde foi verificado que não existiam questões que pudessem ser detetadas à priori, como evidentes, relativamente a aspetos de saúde mais negativos no concelho do Seixal, e menos negativos no outro concelho. Aliás, em alguns dos indicadores, até foi o inverso que aconteceu nesses estudos. Agora, de facto, dizer à assembleia municipal, o interveniente, que não é às Câmaras Municipais que compete fazer estudos desta índole, até porque nós colocámos esta questão ao próprio Ministério da Saúde, que nos remeteu, na altura, para a própria empresa, a qual também remetemos um ofício idêntico, de idêntico teor para a empresa que nos disse que quem devia fazer esses estudos era o Ministério da Saúde. Pois bem, a Câmara do Seixal, em virtude da falta de resposta do governo, na altura, agora, e depois a seguir da própria empresa, foi a Câmara do Seixal que avançou com esse estudo. E, por isso, de facto, aqui, eu diria que o município tem estado sempre do lado do bem, do lado do esclarecimento, do lado daquilo que são a defesa das populações, e do lado da defesa também do ambiente, e é nesse sentido que vamos continuar sempre. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado, senhor presidente da Câmara. E terminado o período de intervenção da população, passamos para o período de antes da ordem do dia, a um conjunto de 14 documentos, 13 e 1 colocado, que deu entrada no início da assembleia municipal, portanto, do Bloco de Esquerda, e esse documento carece de leitura em termos regimentais, e foi colocado pelo líder do Bloco de Esquerda, a troca de ordem entre este e só para confirmarmos se é isso, a moção – “Os direitos das mulheres são direitos humanos.” É isso. É essa a troca, não é? Pronto. Há uma troca em relação à respetiva ordem do Bloco de Esquerda, e, portanto, seguiremos dessa maneira, sendo que o documento que deu entrada, o último, terá de ter leitura.

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Sendo assim, começamos pelo primeiro documento, é uma moção da CDU, a defender o Serviço Nacional de Saúde. “É urgente a construção do Hospital do Seixal.” Portanto, é subscrita pela eleita Maria João Louro, que tem a palavra, se faz favor.

II.1. O Grupo Municipal da CDU apresentou uma Moção: “Defender o Serviço Nacional de Saúde, é Urgente a construção do Hospital do Seixal”, subscrita por Maria João Louro.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

(Documento anexo à ata com o número 1).

Maria João Louro, da CDU, disse: “Defender o Serviço Nacional de Saúde é urgente, a construção do Hospital do Seixal. A situação difícil que hoje se vive no Serviço Nacional de Saúde, resulta quer da ausência de investimentos há muito reclamados, quer de dificuldades estruturais há muito diagnosticadas, quer duma contínua desvalorização dos profissionais de saúde, sem que os sucessivos governos do PS, e do PSD, tenham demonstrado vontade política de resolver estes problemas. Particularmente muito grave é a ausência de soluções, para problemas que se vão acumulando sem resposta. Mas também a capacidade de garantir plenamente outras necessidades, como é o caso de existirem 1,3 milhões de pessoas, que continuam a não ter médico de família. Segundo dados do ACES no final de 2021, eram cerca de 30 mil residentes, no concelho do Seixal, que não tinham médico de família. O encerramento de urgências hospitalares por falta de médicos, e de outros profissionais de saúde. Ao longo dos anos foram-se degradando as condições de trabalho, as remunerações, as carreiras profissionais, levando à saída de milhares de médicos e enfermeiros para o setor privado, e para o estrangeiro. Aumentou a precariedade e a prática de horários desumanos, pondo em causa a segurança dos profissionais e utentes, com sérios prejuízos, que devem ser prestados às populações. Exemplo disso é a situação que ocorreu, mais uma vez, no Hospital Garcia da Orta, quando esteve sem atendimento urgente de ginecologia e obstetrícia, durante todo o dia 08 de junho, até às 08h30 e dia 09... dia 08, até às 20h00. No dia 14, voltaram a encerrar as urgências de ginecologia e obstetrícia. O adiamento da construção do Hospital do Seixal, cuja existência permitiria reduzir a pressão sobre o Hospital Garcia da Orta, mostra bem como o governo compromete a prestação dos cuidados de saúde às populações dos concelhos do Seixal e Almada. É absolutamente indispensável aumentar a capacidade de resposta do SNS, seja ao nível hospitalar, seja ao nível dos cuidados de saúde primários. E para isso são precisos equipamentos, meios humanos, e financeiros. Não resolver estes problemas é ser cúmplice com a estratégia daqueles que a partir das insuficiências há muito diagnosticadas, tudo fazem para descredibilizar o SNS, alimentando o negócio da doença, e a apropriação de mais recursos públicos, por parte dos grupos privados da saúde, deixando à sua sorte quem não possa pagar. A assembleia municipal do Seixal, reunida na sua 3.ª sessão ordinária de 27 de junho de 2022, delibera exigir ao governo que tome as medidas que são necessárias e urgentes no domínio do investimento e dos equipamentos, os recursos técnicos e humanos, e dos meios financeiros, para responder aos problemas, defender o SNS e garantir o direito constitucional de acesso a todos os portugueses à saúde. Proceder à contratação de mais médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, à valorização das remunerações das carreiras e das de mais condições de trabalho, à implementação do regime de proteção exclusiva, a remuneração e o tempo de serviço, para efeitos de reforma, ao alargamento dos incentivos, para a fixação de profissionais de saúde em áreas carenciadas. Adotar os meios e medidas que assegurem o normal funcionamento dos serviços de urgência do Hospital Garcia da Orta, e considera como prioridade inadiável a construção do Hospital do Seixal. Os eleitos da CDU.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado. Intervenções para apreciação desta moção? Quem é que pretende intervir? Nuno Capucha. Faça o favor.

Nuno Capucha, do CH, disse: “Só para constatar que continuamos a usar o Hospital do Seixal como arma de arremesso político, quando ainda, na última sessão, votámos contra, a assembleia votou contra uma proposta do Chega que visava repor novamente esta questão e limpá-la de discussões



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

políticas. A vontade que eu tenho de perguntar é: onde estava o PCP quando aprovou, ou viabilizou os orçamentos do PS? Podia começar por aí. Mas falando a respeito da saúde pública, porque esta questão foi aqui trazida pelos munícipes, é muito importante, e esta questão já me traz ao contacto com a Câmara, há pelo menos 7 anos, ainda antes de ter sido eleito pelo Chega, que, nessa altura, eu comecei também a acompanhar os contaminados e eu fiz parte da sua primeira comissão. Eu recorro que esta assembleia aprovou recentemente três medidas fundamentais sobre a proposta do Chega para este problema. Constituir uma comissão específica, de acompanhamento dos problemas ambientais da siderurgia nacional, e o seu impacto na população. Recomendar que a Câmara Municipal do Seixal promova o mais brevemente possível o novo estudo epidemiológico das zonas adjacentes à Megasa e nos moldes recomendados pelos investigadores da Escola Nacional de Saúde Pública. E ainda, recomendar à Câmara Municipal do Seixal, a instalação de mais estações de monitorização da qualidade do ar, que podem ser asseguradas, cuja monitorização pode ser assegurada por uma entidade como o departamento de ambiente e ordenamento, da Universidade de Aveiro. De facto, não faz muito sentido tanta pressão política para um Hospital, se é para depois continuarmos a ter doentes com problemas provocados pela poluição. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra Fátima Carvalho, e depois o Rui Belchior.

Fátima Carvalho, do PS, disse: “Esta moção, pelo seu título, pelo seu primeiro título, quase que nos convida logo a votar a favor, porque sim, é preciso defender o sistema, o Serviço Nacional de Saúde, e estamos todos de acordo. Não estamos indiferentes a tudo o que se passa, mas diríamos que não é preciso defendê-lo do governo PS, ou de outro qualquer. Até porque se entrarmos nesta lógica de ataques governamentais, aqui já foi referido onde estava a bancada do PCP, quando questionamos nós – Silenciou greves? Silenciou manifestações? Talvez. Porque a verdade é que viabilizou as medidas. E viabilizou muito bem. Porque estas medidas contemplavam, obviamente, reformas estruturais na saúde. Porque os problemas há muito que estão identificados, não são exclusivos da saúde, são também da educação, são também de outras áreas importantes para o desenvolvimento do país, e o orçamento de Estado, principalmente 2022, já previa. Mas para além destas reformas estruturais, o governo reage, e está a reagir. Existe também um plano de contingência, que provavelmente já é do vosso conhecimento, que pretende dar respostas rápidas, àquilo que todos nós reconhecemos que há, que é uma falência do sistema nacional de saúde, e graves problemas para toda a população. Mas esta moção, que até nos apetecia, deveríamos juntar-nos a ela, mas não nos parece que seja assim tão simples, porque também traz aqui outra questão que parece, sinceramente, oportunismo, que é a questão do Hospital do Seixal. O Hospital do Seixal, sabemos todos em que fase é que está, sabemos quais são os entraves, e aproveitamos para perguntar, mais uma vez, e na pessoa do senhor vice-presidente, que tem mais informação que todos nós, que na última assembleia, disse saber que já existia uma decisão judicial à impugnação. São boas notícias, no entanto, sobre isso, nada encontramos em nenhuma pesquisa e com as pessoas com as quais nós falamos. Se isso, de facto, é verdade deixa-nos felizes, mas não resolve todos os problemas. A própria questão das famílias sem médico de família. O Hospital do Seixal não é um Centro de Saúde. O Hospital do Seixal, não é solução para tudo. Ajuda? Claro que



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

sim. Mas nós estamos perante uma crise essencialmente de recursos humanos. Não estamos perante uma crise só de equipamentos. Porque se com aquilo que nós temos, neste momento, e que é fruto não só de decisões governamentais, mas de toda a conjuntura, da qual se inclui também a pandemia, entre outras crises graves que temos tido, porque questionamos nós porque é que apenas o governo é apontado? Nós sabemos de todas as dificuldades que temos tido. Na organização dos serviços, na educação, como já foi dito, em várias áreas que são importantes para o desenvolvimento. Portanto, esta moção parece que mistura aqui algumas questões, esta moção torna-se, de facto, oportunista, e vai procurar, mais uma vez, defender pela forma errada, aquilo que é o sistema nacional de saúde, que nós queremos, que é um sistema saudável. Obrigada.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Rui Belchior, se faz favor.

Rui Belchior, do PSD, disse: “Eu estava a ouvir, primeiro vi a moção, e depois estive a ouvir a intervenção, sobretudo da eleita Fátima Carvalho, e, de facto, fica a reflexão a pensar se, e até pela referência que é feita aqui aos governos do PSD, eu queria lembrar que nós não estamos lá desde 2015, e que os problemas sim, devem ser resolvidos pelo governo. Eu não estou a ver quem é que pode resolver estes problemas que não seja o governo. Bom, mas apetece-me dizer, e acho que me fica bem dizer, que isto é o resultado das políticas socialistas, apoiadas pelo PCP durante 6 anos, como aqui já foi dito. – “Que ia ficar tudo bem. Que íamos virar a página da austeridade.” Estava tudo resolvido. Afastado, não é, o tal diabo que era o Passos Coelho, do governo PSD / CDS. Mas, pelos vistos, nunca se viu este debate em termos de urgências obstétricas, pediátricas, de todo o tipo no país. É um debate geral. Quer dizer, eu nem quero pensar se fosse o governo do PSD neste tipo de situação. Eu não sei o que é que as pessoas fariam. Provavelmente uma guerra civil. Mas, pronto. Como é o PS, há assim uma espécie de... há uma concessão, há uma relativização das situações. E eu, sinceramente, ou nós, sinceramente, nunca conseguimos perceber isto. Isto nunca esteve tão mau como o que está agora. Mas, o PCP, claro, há aqui um sentido de oportunidade. Em cada assembleia traz-se aqui uma moção sobre o Hospital Garcia da Orta, e nós perguntamos. Com que médicos? Não há médicos. É preciso dizer isto às pessoas. Não há médicos. Esse é um dos problemas fundamentais. Eu não ouço aqui ninguém falar sobre a Ordem dos Médicos, ou sobre o facto de um médico, ou de um estudante de medicina, só poder entrar com dezanove vírgula tal, como se um que tivesse dezoito, não viesse a ser um bom médico. Esse tipo de problemas que tem de ser atacado. Bom, e falavam aqui nas reformas. Coisa que o PS disse, e muito bem, pela eleita Fátima Carvalho – “O governo a reagir.” Mas o problema é exatamente esse. Não é reagir que tem de ser. É agir a tempo, planear a tempo, e reformar. Reformas, é coisa que o PS, de facto, não faz e nem quer fazer. É uma gestão de expectativas permanente e ponto final. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais intervenções sobre a segunda ronda? Quem é que pretende mais intervir? Não há pedidos de inscrição. É isso? Confirma-se. Tem a palavra o senhor presidente da Câmara, se faz favor.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “De facto, assistimos aqui a mais um episódio de passa culpas, entre o PS e o PSD. O PS não consegue executar um único investimento público no



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

concelho, há muitos anos que não consegue concluí-lo, e o PSD que assim que teve oportunidade de fazer algo sobre o processo do Hospital do Seixal, foi, de facto, colocá-lo na gaveta e mandá-lo arquivar, na altura do Ministro da Saúde, Macedo. E, portanto, é isto que o país não precisa. É este tipo de políticos e políticas. O país necessita de políticos que resolvam os problemas das populações, que resolvam os problemas dos equipamentos e da sua falta, que resolvam o problema da falta de profissionais de saúde. Isso é que é necessário que seja realizado pelos políticos. E nesse sentido, o governo do partido socialista, tem enormes responsabilidades no estado atual do Serviço Nacional de Saúde. Por exemplo, ao nível da falta de médicos e enfermeiros de família. Ao nível daquilo que são os problemas relacionados com os Centros de Saúde e a sua falta, e a sua ausência. Bem como, em termos hospitalares. A falta de médicos, a falta de outros profissionais. E isto porque, de facto, o governo do PS, alinhado com o PSD, prefere continuar a alimentar o negócio privado da doença, em vez de tomarem medidas para resolver o problema do Serviço Nacional de Saúde, que é mais investimento. Preferem passar os médicos para os privados, preferem passar aquilo que são as prestações sociais para os privados, porque, de facto, aí é que estão os negócios, que defendem quer o PS, quer o PSD. E por isso, os responsáveis pela situação atual, e futura, do Serviço Nacional de Saúde em Portugal, são os responsáveis o governo do PS, e também do PSD. E o nosso Hospital tem tido inúmeras promessas de concretização, mas que até hoje, ainda nada saiu do papel. E é preciso que tenhamos governos, que, de facto, não só prometam, mas que concretizem. E vejam bem o caso da Câmara Municipal do Seixal, que até assinou um protocolo, o segundo, onde se comprometeu a executar as infraestruturas exteriores do Hospital, e que vai muito além das suas competências, tal como já tínhamos feito com o Centro de Saúde de Corroios que já está a funcionar. E é isso que é preciso, que o governo do PS queira resolver os problemas do país e que não queira chutar para o lado, para que os privados venham ganhar com o negócio da doença. Por isso o Hospital do Seixal, é uma necessidade no concelho, vamos continuar a lutar por esta necessidade, continuar junto dos governos, seja de que partido for, e neste caso, hoje é do PS, vamos continuar a lutar para que o Hospital seja uma realidade, porque, de facto, é extremamente necessário para a saúde dos nossos cidadãos. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado, senhor presidente. Tem a palavra o proponente, se assim entender. Maria João louro se faz favor.

Maria João Louro, da CDU, disse: “Quero apenas aqui relembrar a resolução da assembleia da república, que recomenda ao governo, uma ampliação e requalificação do Hospital Garcia da Orta, e no seu ponto 2 – “Projete e conceba ao seu novo edifício do Hospital, tendo em conta a construção do novo Hospital do Seixal.” E no ponto 5 – “Que crie condições para a fixação de trabalhadores de saúde no Hospital, valorizando a sua situação profissional, social e remuneratória, através da dignificação das carreiras, e implementação do regime, de dedicação exclusiva, de garantia das condições de trabalho... e equipamentos, aprovada em 26 de novembro de 2021.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado. Vamos colocar à votação esta moção. Quem vota a favor, levanta o braço. Podem baixar. Quem se abstém? Podem baixar. Quem vota contra? Portanto, a moção foi aprovada com os votos a favor da CDU, do Bloco de Esquerda, do PAN, e da eleita independente Soraia Rosário. A abstenção do PS, do PSD, e do Chega.

Aprovada a Tomada de Posição nº 54/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Vinte (20) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do BE: 2
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezasseis (16) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declarações de voto, se for caso disso? Portanto, Nuno Capucha. Faça o favor.

Nuno Capucha, do CH, em declaração de voto disse: “A nossa declaração de voto, é uma declaração de voto muito simples. De facto, o Chega está empenhado na construção do Hospital. Quer, deseja, que o Hospital do Seixal seja construído, porque, de facto, o Hospital Garcia da Orta está muito sobrecarregado e precisa ser descongestionado. Porém, esta não pode ser, e repito, esta não pode ser uma questão que é usada para combustível político, que seja usada também como arma de arremesso político. Esta é uma questão sobre a qual pedimos mais celeridade, e não se pode como nesta moção do PCP e da CDU misturar, como se diz em bom Português – alhos com bugalhos. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais alguma declaração de voto? Fátima Carvalho, e mais quem? Há mais alguma declaração de voto? Não. Então, é a Fátima Carvalho. Faça o favor.

Fátima Carvalho, do PS, em declaração de voto disse: “O PS do Seixal, não vota contra, porque sabe que o Hospital do Seixal será uma realidade quando todas as barreiras, das quais não tem responsabilidade, forem ultrapassadas. Estamos juntos com a população nesta luta. Obrigada.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o documento seguinte que é uma moção do PS – “Pela conclusão do processo de reconversão urbanística das áreas urbanas de génese ilegal de Fernão Ferro.” É subscrita pelo Tomás Santos.

II.2. O Grupo Municipal do PS apresentou uma Moção: “Pela conclusão do processo de reconversão urbanística das áreas urbanas de génese ilegal de Fernão Ferro”, subscrita por Tomás Baptista Costa dos Santos.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

(Documento anexo à ata com o número 2).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tomás Santos tem a palavra.

Tomás Santos, do PS, disse: “Bom, penso que a moção está clara, e, portanto, vou-me dispensar a grandes comentários em relação à mesma, quero apenas só focar aqui algumas questões pertinentes desta moção. A primeira dessas questões é que há um problema por resolver com mais de 40 anos, no nosso concelho, e isso é assumido pela própria Câmara Municipal. A própria Câmara Municipal nos seus documentos, nos seus estudos, assume que isto é um problema que existe, mas depois vê-se, ou considera-se sem capacidade para resolver de forma autónoma este problema. No entanto, a lei, e é isso que diz a moção, tem mecanismos que permitem à Câmara Municipal agir em intervenção no seu território, de forma a dar qualidade de vida ao seu território e às pessoas que nele habitam. E a realidade é que, e é óbvio que isso comporta custos, comporta uma ação que é um desafio, como é evidente, para os agentes públicos, mas é para isso que eles cá estão, é para servir as pessoas. E o que é facto é que depois há mecanismos de ressarcimento para aquilo que sejam as ações sem haver administração conjunta, sem haver colaboração dos particulares, mas que permitam, de facto, resolver este problema de anos, e anos, e é isso que vimos aqui defender. Obrigado.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, Tomás Santos. Estão abertas as inscrições. Senhor eleito Armando Faria faça o favor de usar a palavra.

Armando Farias, da CDU, disse: “Bem, esta moção do PS, reconhece que é um problema, e é um problema nacional, e não é do município do Seixal. É um problema nacional. E reconhece nos termos da moção, que a Câmara tem feito muito, até diz que entende o processo que a Câmara desenvolve. Ora, há aqui um problema que é o seguinte: isto é um problema nacional, e por acaso, a Câmara do Seixal, nestes processos da AUGI até tem ido mais longe do que muitos outros municípios. O problema é sempre o mesmo. É que o PS devia dirigir as recomendações ao governo, e não à Câmara Municipal. Porque o governo, inclusivamente, já reviu os prazos que tinha previsto, não é? Porque vocês sabem, com certeza, que saiu a lei 71/2021, de 04 de novembro, que prorroga o prazo do processo. É do reconhecimento do governo que é incapaz de apoiar estes processos. E, portanto, é ao governo que os senhores têm de fazer essas recomendações. Porque aqui o que a Câmara está a fazer, os senhores propõem uma alternativa, mas essa alternativa não tem enquadramento legal. A Câmara está a agir de acordo com o enquadramento legal. E está a fazer mais do que deveria fazer, relativamente a este processo. Faz de acordo com o enquadramento legal, e faz de acordo, naturalmente, com o plano diretor do município. Portanto, a questão é esta e o que nós sugerimos é que revejam, portanto, as deliberações e que façam a recomendação ao governo. Obrigado, senhor presidente.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Obrigado. Entretanto, inscreveu-se o eleito Samuel Cruz. Faça o favor de usar da palavra.

Samuel Cruz, do PS, disse: “Essa intervenção revela um bocadinho de desconhecimento. Aquilo que o Partido Socialista... Para já, não é um problema nacional, é um problema, quanto muito, das áreas metropolitanas, e a maioria dos concelhos das áreas metropolitanas resolveram essa questão, e o PS quando está no governo resolve rapidamente essas questões. Agora, a CDU é que



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

gosta de alimentar essa clientela que é: enquanto as pessoas têm problemas, tem algum ascendente sobre elas. Mas isso é uma parte da questão. O que é completamente diferente, que é factual e tem a ver com a lei. A lei prevê três funções: as AUGI as comissões das AUGI ou seja, os proprietários sozinhos, é aquilo que se faz no concelho do Seixal, uma solução mista, em que há a colaboração da Câmara e as AUGI e Seixal tem cerca de seis, e depois uma é diferente que o Seixal que nunca adotou, mas, por exemplo, em Loures, foi muito importante para resolver o problema de Loures, e Loures andou muito mais depressa que o Seixal, que era o único problema semelhante ao que existia no concelho do Seixal. E isso, a razão de ser desta moção, é a seguinte: passados tantos anos, e a lei já foi prorrogada uma vez, já foi prorrogada várias vezes, é evidente que há situações que não se vão resolver. A lei prevê o facto da Câmara se pegar no problema, resolver o problema, que é de quem lá vive, é de quem tem lá terrenos, mas é de todo o concelho, porque depois há outras situações associadas à falta de urbanismo do local, que são problemas de todos, que a Câmara assuma que existe um problema no território, que o resolva, e que depois será compensada, porque existem mecanismos para isso, mas que assuma as suas responsabilidades, onde os proprietários com as suas mais variadas razões não têm capacidade de o fazer. E isso está previsto na lei. O que disseste aqui foi errado.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Mais intervenções? Não havendo mais intervenções, faça o favor de usar da palavra o senhor presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Bom, sobre a questão da reconversão, de facto, o Seixal tem estado sempre na linha da frente daquilo que é, quer o planeamento urbano, quer aquilo também a questão da chamada reconversão das chamadas áreas urbanas de génese ilegal. Tem sido assim ao longo da história, logo a seguir à revolução. De facto, este município deu, está a dar, e continua a dar cartas naquilo que é o planeamento em Portugal. Aliás, se estiveram atentos à comunicação social, e aos tempos dos PDM dos planos diretores municipais, que estão para ser atualizados, verificarão que aqui ao nosso redor há muitos municípios que estão com décadas de atraso relativamente à utilização dos seus planos diretores municipais, e ainda só estão no plano diretor de primeira geração. Nós já estamos na segunda geração, e já estamos a alterá-lo de acordo com a lei 80/2015, que é a nova lei dos solos. Nós já estamos a fazer um terceiro plano diretor municipal, enquanto que há municípios, como os do PS, aqui vizinhos, que ainda só têm um, o de primeira geração. E, portanto, vir falar sobre reconversão do concelho do Seixal, é, de facto, sempre pelas boas notícias, e pelos fatores positivos e nunca por fatores negativos. Em segundo lugar, vamos falar sobre aquilo que é o território de Fernão Ferro. Conhecem os senhores eleitos do PS, qual é a percentagem do território reconvertido, de Fernão Ferro, um território que era de génese ilegal. São quase 70% neste momento, quase 70% do território de Fernão Ferro, que era de génese ilegal, está reconvertido. A área do Pinhal do General, a última agora a ser passada para os chamados m², com mais de três mil lotes. Portanto, esta é a realidade do trabalho concreto da gestão da CDU com as Associações de proprietários das AUGI do concelho, e das AUGI de Fernão Ferro. E as duas grandes AUGI que faltam, neste momento, avançar de forma, podemos dizer, decisiva, são duas em Fernão Ferro. É a Quinta das Laranjeiras, e é agora a da Lobateira que é uma



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

nova realidade. Enquanto que a Quinta das Laranjeiras tem um histórico, eu diria, de atraso maior, é verdade, mas porque, de facto, estamos a falar de uma única comissão com comproprietários para mais de uma centena de AUGI. São mais de uma centena de AUGI que estão todas agregadas a uma comissão de comproprietários, tornando o processo extremamente complicado e difícil. Aliás, a Câmara do Seixal tem estado a acompanhar e a apoiar a reconversão da Quinta das Laranjeiras, até com obras no terreno, portanto, está à vista o que estamos a fazer. A repavimentar, neste momento, a Avenida da Liberdade. Repavimentámos um conjunto de artérias na sua envolvente, e é a própria Câmara que está a apoiar a reconversão da Quinta das Laranjeiras, tal como já tínhamos feito noutras áreas, nos Redondos, no Pinhal do General, em outros locais de Fernão Ferro. Por isso, são quase 70% neste momento de áreas reconvertidas com sucesso, num modelo partilhado entre a Câmara Municipal, e aquilo que são as associações dos moradores. Mas há uma questão, um aspeto que os senhores não versaram na vossa proposta, e que tem a ver com a ação e aquilo que são as responsabilidades do governo. Diz na Lei das AUGI que também o governo deverá investir naquilo que é a reconversão urbanística, porque é um problema do país. Não é só um problema do Seixal. É um problema de Sintra, que está muitíssimo mais atrasado que o concelho do Seixal na reconversão. É um problema de Vila Franca de Xira, que está muito mais atrasado que o concelho do Seixal, na reconversão. É um problema da Amadora, que está muito mais atrasado na reconversão de áreas urbanas de génese ilegal, do concelho do Seixal, do que propriamente Fernão Ferro. Por isso, não é verdade que o município esteja atrasado, e que Fernão Ferro esteja atrasado. Claro que poderíamos estar mais à frente, mas estamos quase com 70% do território de Fernão Ferro reconvertido. E também dizer que vamos continuar a inovar. A senhora vereadora do urbanismo, está a liderar um processo que se chama – “Seixal, mais urbanismo.” A senhora vereadora tem ido às AUGI vai lá ela com os técnicos e reúne com as comissões de comproprietários, e fazer o ponto de situação como está o processo de reconversão, chamando também a população para estar presente, para discutirem os processos e para dar confiança também, para que possamos avançar, porque é neste caminho que queremos continuar. É neste caminho que tem sucesso. Tem 70% de reconversão conseguida, neste momento, e não precisamos inventar nada. Já o que o governo do PS devia fazer era cumprir aquilo que diz na Lei das AUGI 90/95 agora, entretanto, publicado por novas leis, mas desde 1995, quer os governos do PS, ou os governos do PSD que tinham uma responsabilidade de partilhar também aquilo que é o esforço financeiro de reconversão dos moradores e das Câmaras Municipais e deram zero euros desde 1995. E isto, de facto, é lamentável, porque as leis têm de ser cumpridas por todos. Pelos governos, pelas autarquias, e pelos cidadãos. E uma vez mais aqui quem falha são os governos do PS e do PSD. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, senhor presidente da Câmara. Tem a palavra o proponente, se entender.

Tomás Santos, do PS, disse: “Bom, então muito rapidamente, porque com uma argumentação deste nível, é fácil rebater estes argumentos. Ponto número 1 – a lei diz no capítulo 4: “Do processo de reconversão – Secção 1 – reconversão por iniciativa dos particulares. Secção 2 –



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

reconversão por iniciativa municipal. Secção 3 – delimitação das AUGI.” E não vejo aqui a reconversão por iniciativa do governo. Aqui não vejo nada. Só se eu li mal. Aprendi mal a ler na escola. Depois, quando fala dos municípios vizinhos, está na fase 1, vocês estão na fase 3. Então, quando vocês foram poder, nos municípios vizinhos, fizeram o quê? Assim, é fácil. Agora, com o PS é que o problema existe e não é resolvido. E depois acho que o Sr. Presidente da Câmara, que agora, pelos vistos, acho que não está a ouvir, acho que não compreendeu bem o que diz na moção. Não é um problema de percentagem. O problema das AUGI não é um problema de percentagem. Não é – Está tudo bem, porque temos 60% do território resolvido. 40% do território resolvido. 70% do território resolvido. Pronto. E os proprietários de todas as outras, como é que é? Porque esse é que é o problema. Disso, o senhor presidente da Câmara não falou. O problema é naquelas em que há administração conjunta, naquelas em que os proprietários fazem parte da administração que partilham os custos, nessas consegue-se resolver o problema. Nas outras, em que por iniciativa municipal, sem administração conjunta, a Câmara tem capacidade de resolver o problema por si só, sem necessitar da intervenção dos proprietários, aí a Câmara não participa no processo, desliga-se do processo e deixa a coisa andar há mais de 40 anos, e esse é que é o problema. E isso é uma indignidade. É uma indignidade para o território. É uma indignidade para quem lá vive. Não estão a defender a população de Fernão Ferro. E não se esteja a rir, porque isso só demonstra a sua depreciação sobre a população de Fernão Ferro, senhor presidente da Câmara. Por fim, terminava dizendo uma questão de escala. Ou melhor, dito doutra forma, o problema é que naquelas que são em grande escala, há a capacidade de encontrar aqui tetos, há a capacidade de financiamento... por parte dos proprietários. Mas nas pequenas, isso não existe. Terminava como comecei, dizendo, uma vez mais, que não se desculpem com os outros. A lei é clara. – “Por iniciativa municipal.” Não é por iniciativa municipal se o governo deixar. Não é por iniciativa municipal se o governo for a utopia que nós queríamos que fosse, porque enquanto for utopia, é sempre uma realidade da qual não nos podemos queixar. Façam aquilo para o qual foram eleitos. Não foi o governo que vos elegeu, foi a população.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação esta moção. Quem vota a favor levanta o braço? Podem baixar. Quem se abstém? Podem baixar. Quem vota contra? Podem baixar. Vamos repetir a votação a favor. Quem é que vota a favor? Levantem o braço. (Sem risos. Não é preciso votar com risos, não é? Não aumenta o voto.) Podem baixar. A moção foi aprovada com os votos a favor do PS, do PSD, do Chega, do PAN, e da eleita independente Soraia Rosário, e com o voto contra da CDU, e duas abstenções do Bloco de Esquerda. Declarações de voto? Não há declarações de voto. Passemos para o documento seguinte. É uma moção do PSD – “Habitação jovem” subscrita por David Martins.

Aprovada a Tomada de Posição nº 55/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Dezoito (18) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2022
3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

- Do grupo municipal do CH: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezasseis (16) votos contra do Grupo Municipal da CDU

Duas (2) abstenções do Grupo Municipal do BE

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “David Martins, e tem a palavra, se faz favor.

II.3. O Grupo Municipal do PSD apresentou uma Moção: “Habitação Jovem”, subscrita por David Martins.

(Documento anexo à ata com o número 3).

David Martins, do PSD, disse: “Boa noite a todos, senhor presidente, cumprimento-o a si, e a toda a assembleia, o executivo, e a população aqui presente. Nesta moção, tentamos explanar as dificuldades que os jovens atravessam na sua emancipação para arrendar ou comprar imóvel. Portanto, vou apenas ler os considerandos. – “Reunida em sessão ordinária no dia 27 de junho de 2022, a Assembleia Municipal do Seixal delibera a criação dum programa de habitação jovem, com apoios concretos aos jovens, e jovens casais, que pretendam emancipar-se através do rendimento acessível. Ou seja, a aquisição de imóveis por parte do município para colocá-los no mercado à disposição dos mais jovens. A criação dum plano municipal no apoio à criação de habitação própria permanente, nomeadamente através da implementação dum programa de financiamento sem juros, ou a juros reduzidos a favor dos jovens, com a finalidade de suprir a percentagem do valor do imóvel, que as instituições bancárias não podem financiar, e que devem ser garantidas com capitais próprios dos compradores. Por último, incitar ao governo à reformulação do programa Porta 65, como uma versão mais convincente com a realidade e acompanhada de um aumento da verba consignada, bem como a atualização anual das rendas máximas de acordo com a inflação e com o município em causa. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções? Quem é que pretende intervir? Inscrições? Mário Macedo. Mais? Mário Macedo, faça o favor.

Mário Macedo, do BE, disse: “Olá, boa noite, senhor presidente da mesa, senhores deputados, senhores vereadores, senhores deputados, senhores trabalhadores e senhores munícipes. Muito obrigado a todos pela vossa presença. Ora bem, em primeiro lugar eu quero dar os parabéns ao PSD, por finalmente ter lido o programa do Bloco de Esquerda, e ter ido lá buscar boas ideias, porque o Bloco de Esquerda sempre defendeu a necessidade duma habitação pública, à semelhança do que se faz no resto da Europa, a habitação pública, é aquilo que garante o acesso à habitação dos jovens, das pessoas com menos, ou com moderados recursos, e também é aquilo que ajuda a controlar a inflação e a subida dos preços no mercado imobiliário. Por isso mesmo, eu saúdo o PSD por esse donativo, mas há aqui uns pequenos ajustes que o PSD deve fazer na moção, para garantir que, realmente, os jovens tenham acesso à habitação, e se consiga ao mesmo tempo



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

controlar o preço das habitações. Como, por exemplo, não faz sentido ser a Câmara a comprar casas a preço de mercado, o que faz sentido é ou a Câmara construir, ou contratar com os construtores em regime de parceria, à semelhança daquilo que se faz em muitos países Europeus, que por cada X número de fogos construídos, há uns quantos que são adjudicados à Câmara, e esses sim, ficam disponíveis para um parque de habitação pública, e eu relembro que Portugal tem os parques de habitação pública, mais baixos da Europa, e deve ser uma das prioridades a médio prazo, para o nosso concelho. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais intervenções? Armando Faria, faça o favor.

Armando Farias, da CDU, disse: “Obrigado, senhor presidente. A Câmara tem um plano municipal de habitação, e, portanto, há aqui aspetos da moção que a Câmara já desenvolve e faz muito relativamente a esses aspetos, não é? Portanto, tem o programa de habitação a custos acessíveis para jovens no concelho, portanto, tem isso em desenvolvimento. Tem desenvolvimento nas áreas de habitação urbana, incluindo o apoio ao movimento corporativo habitacional, tem projetos de desenvolvimento: pinte a sua casa, o seu prédio, com apoios materiais e financeiros, portanto, ao apoio dessas obras, não é? 572 edifícios já foram abrangidos por estes projetos, e, portanto, tem tudo isto. E, portanto, mais uma vez, o que está aqui em causa, é que a Câmara tem um plano de habitação municipal, e a habitação é um direito constitucional, é uma função essencial do Estado, é um direito constitucional terem todos os cidadãos direito a uma habitação condigna, e o governo não financia, o Estado não financia o plano municipal da Câmara. E mais uma vez, é isso que deviam pôr aqui e não põem. E nós estamos contra esta moção, naturalmente. Obrigado, senhor presidente.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais intervenções? Creio que não há inscrições. Senhor presidente da Câmara, faça o favor.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Muito obrigado, senhor presidente da assembleia municipal do Seixal. Relativamente à questão colocada nesta moção, de facto, parece haver algum desconhecimento sobre o que este órgão já aprovou. É verdade que foi no anterior mandato, mas foi no passado, em 2021, a assembleia municipal do Seixal, aprovou o plano municipal de habitação, onde tem previsto o problema de habitação jovem de 176 fogos até 2026. Para além desta proposta a Câmara do Seixal também está a trabalhar noutras soluções para que possamos dar resposta ao que é a necessidade dos jovens, mas é preciso apontar aqui aquilo que têm sido as políticas nacionais nesta área. Que têm sido praticamente inexistentes por parte dos governos. Bom, na verdade, estamos a viver o 48º aniversário do 25 de abril, e o PSD finalmente apresentou uma proposta aqui na assembleia municipal do Seixal. Muito bem. Isso é positivo, mas veio com algum atraso. Mas parece-me sempre bom quando temos iniciativas positivas, mesmo com algum atraso. Mas aqui também foi chamada a atenção relativamente à questão do financiamento. É porque na verdade, o município do Seixal, neste momento, está muito empenhado em avançar no processo de realojamento em Vale de Chicharos, e o governo ainda não nos pagou mais de quatro milhões de euros, de habitações que a Câmara já comprou e que o governo ainda não pagou,



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

mesmo tendo contratos de financiamento aprovados. Mesmo tendo contactos feitos ao nível da secretaria de Estado da habitação, e mesmo tendo feito já vários pedidos para o pagamento. O governo, neste momento, deve à Câmara Municipal do Seixal, mais de quatro milhões de euros relativamente a habitações que estamos a adquirir, para realojar Vale de Chicharos. E claro que a prioridade, neste momento, é esta, mas a habitação jovem seguir-se-á. Isto se o governo cumprir com aquilo que são os compromissos que assumiu com o município do Seixal. Não só o cumprimento do protocolo em 2018, e agora com a candidatura ao PRR, aquilo que estamos a fazer. Por isso, da nossa parte, iremos utilizar todos os mecanismos possíveis para que possamos dar resposta aos jovens. Agora, é preciso fazer um exercício de memória, e essa memória, esse exercício tem de acontecer. Porque, de facto, não é só de 2022, para a frente que o mundo existe. O mundo existe já há muitos milhares de anos, milénios, e é preciso olhar, pelo menos, para os últimos 48 anos. E é preciso ver aquilo que não foi feito em Portugal, de quem é a responsabilidade, para que depois possamos ter também propostas, eu diria, coerentes com o que tem sido a nossa praxis política. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado senhor presidente da Câmara. Tem a palavra o proponente. Faça o favor. Só um nadinha, se faz favor, para o senhor presidente concluir.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “É só para referir um aspeto que é importante. É que, de facto, no PRR, até esta data, não foi aberta nenhuma proposta, ou melhor, nenhuma linha de candidatura, para o programa de habitação jovem que o município pretende desenvolver. Por isso, para soluções do realojamento social, é verdade que já abriram, e a Câmara do Seixal candidatou-se, e, neste momento, o governo deve-nos, como disse quatro milhões de euros, mas para a habitação jovem, o governo ainda não abriu essa linha do PRR. Portanto, o que tinha sido estabelecido é que os municípios aprovando os planos municipais de habitação, o governo iria através do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, aprovar linhas de financiamento para várias tipologias de soluções habitacionais. E a verdade é que, neste momento, não abriu ainda para os jovens. E, portanto, mais uma vez, para além de não pagar o dinheiro que deve, ainda não abriu o que tinha para abrir em termos de linhas de financiamento para que possamos avançar com novas soluções, neste caso, para os jovens. Obrigado, senhor presidente.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado, senhor presidente. David Martins, faça o favor.

David Martins, do PSD, disse: “Portanto, mesmo já sendo uma questão que a Câmara está a desenvolver ainda não está feita, portanto, na prática não existe. E é por isso que a nossa proposta foi aqui feita, e todos os dias vemos arrendamentos a 800,00€ / 900,00€. Um jovem a querer sair de casa, e a não conseguir. Em relação ao PRR, foi referido só na moção, porque há outros municípios que já o falam, e já andam a adquirir casas nessa perspetiva. Provavelmente ainda não foi aberto o tal investimento, e por isso é que eu o referenciei. E por isso é que eu quis dizer, ou o que nós quisemos dizer com esta moção é muito simples. Os salários são baixos, as casas estão



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

caras, os capitais próprios não... as pessoas não têm capitais para conseguir comprar uma casa, nem têm para conseguir arrendar. Portanto, isto é numa perspetiva de alertar a Câmara para uma situação que os jovens atravessam todos os dias, que não conseguem se emancipar, e temos a média mais alta, das mais altas, neste caso, é a 5.ª mais alta da União Europeia, onde os jovens saem de casa dos pais com cerca de 30 anos. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Concluídas as intervenções, vamos colocar à votação esta moção. Quem vota a favor levanta o braço? Podem baixar. Quem se abstém? Podem baixar. Quem vota contra? Podem baixar. A moção foi aprovada com os votos do PS, do PSD, do Chega, do PAN e da eleita independente Soraia Rosário. Abstenção do Bloco de Esquerda, e o voto contra da CDU. Declarações de voto? Não há declarações de voto? Não há declarações de voto. Passamos para o documento seguinte. É uma recomendação do Bloco de Esquerda. – “Mais meios para a CPCJ” é subscrita pela Isabel Cruz.

Aprovada a Tomada de Posição nº 56/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Dezoito (18) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezasseis (16) votos contra dos eleitos do grupo municipal da CDU

Duas (2) abstenções do grupo municipal do BE: 2

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Isabel Cruz, tem a palavra.

II.4. O Grupo Municipal do BE apresentou uma Recomendação: Mais meios para a CPCJ, subscrita por Isabel Cruz.

(Documento anexo à ata com o número 4).

Isabel Cruz, do BE, disse: “As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, produzem inestimável trabalho na defesa do superior interesse das crianças e jovens em risco. Este é também o caso da CPCJ do Seixal, que acompanha, neste momento, 432 processos, 300 dos quais abertos desde janeiro de 2022. Os recursos para este trabalho são sempre poucos, e no concelho do Seixal, para além do que acontece a nível nacional, a falta de recursos, não há, neste momento, uma instituição que acolha as crianças e jovens. Assim, a Assembleia Municipal do Seixal, reunida na 3.ª sessão ordinária de 27 de junho de 2022, delibera recomendar ao executivo municipal: a atribuição diária, neste trabalho, de um psicólogo para acompanhamento das crianças e jovens em risco, articulação com as ACES para o levantamento das necessidades diárias de trabalho de enfermagem. Encontrar soluções no concelho para que seja possível o acolhimento de crianças que têm de ser institucionalizadas, a atribuição do nome – Direitos das crianças a uma Rua / Praça,



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

ou Avenida, por ocasião das comemorações do dia Internacional dos Direitos das Crianças, que ocorrerão em 20 e novembro de 2022. O grupo do Bloco de Esquerda. Muito obrigada.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções? Inscrições, claro. Quem é que pretende intervir para apreciação desta recomendação? Não há intervenções? Não há. Confirma-se isso, não é? Bom, Catarina Teixeira.

Catarina Teixeira, da CDU, disse: “A bancada da CDU concorda com a generalidade das preocupações da recomendação. No entanto, as deliberações da mesma extrapolam as competências do município de acordo com o definido na lei. A promoção e proteção de crianças e jovens em perigo, que engloba as entidades com competência, em matéria de infância e juventude, as CPCJ, bem como os Tribunais, e por isso, consideramos que é necessário que o Estado central, nomeadamente a Segurança Social, bem como a Comissão Nacional de Proteção dos Direitos, e a proteção das crianças e jovens, se debruce sobre as mesmas, dotando-as de meios humanos, para que os processos sejam mais rigorosos, e mais céleres. Por este motivo, a bancada da CDU irá abster-se desta recomendação. Obrigada.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Bom, pergunto novamente se há mais intervenções? Não se confirma. Senhor presidente da Câmara, faça o favor.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “De facto, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens no país têm de ter meios. Porque aquilo a que nós temos vindo a assistir cada vez mais, é uma situação, de facto, de extrema gravidade, e de violência sobre as crianças, e a sua falta de acompanhamento daquilo que é um dever do Estado, e por isso, é com preocupação que continuamos a acompanhar este processo, e verificamos que da parte do governo, não têm existido as verbas necessárias para que essas Comissões tenham as competências e os meios necessários para fazer face à dimensão dos problemas. Só para ilustrar números que, por vezes, com números nós conseguimos perceber melhor a realidade, a despesa de 2020, da CPCJ do Seixal, foi de mais de setenta e três mil euros, sendo que a Segurança Social participou com – nem chegou a trinta e um mil euros – e teve que a Câmara Municipal participar com cerca de quarenta e três mil euros dessas despesas. A Câmara do Seixal, participou com muito mais verba que a própria Segurança Social, não sendo competência direta do município, esta matéria. E, por isso, tudo aquilo que poder ser feito para que estas Comissões tenham melhores condições para apoiar os jovens, as crianças, e as famílias, será importante para que possamos, de facto, ter uma cidade com as condições de proteção das crianças e dos jovens. Nesse sentido, uma vez mais, a responsabilidade aqui é do governo e dos governos, que conhecendo esta realidade, nada fazem para que algo seja alterado. O que é preciso fazer é colocar mais técnicos, e mais meios nas Comissões, para que possam salvar a vida das crianças e das famílias. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado, senhor presidente da Câmara. Pergunto à proponente se pretende intervir, Isabel Cruz? Não. Então, vamos passar à votação. Quem vota a favor levante o braço. Podem baixar. Quem se abstém? Podem baixar. Portanto, a recomendação



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

foi aprovada com os votos a favor do PS, do PSD, do Bloco, do Chega, do PAN, e da eleita Soraia Rosário. Alguma declaração de voto? Catarina, faça o favor.

Aprovada a Tomada de Posição nº 57 /XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Vinte (20) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezasseis (16) abstenções do grupo municipal do CDU: 16

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Catarina Teixeira faça o favor.

Catarina Teixeira, da CDU, em declaração de voto disse: “A bancada da CDU irá depois apresentar atempadamente uma declaração de voto por escrito. Obrigada.

(Declaração de voto anexo à ata com o número 4-a)

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais declarações de voto? Não há mais declarações de voto? Passamos para o documento seguinte que é do Chega, é um voto de pesar por João Seabra, Cónego. É subscrita pelo Nuno Capucha.

II.5 O Grupo Municipal do CH apresentou um Voto de Pesar por João Seabra, Cónego, subscrita por Nuno Capucha.

(Documento anexo à ata com o número 5).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Nuno Capucha, tem a palavra. Faça o favor.

Nuno Capucha, do CH, disse: “Eu vou ser telegráfico, tendo em conta o tempo que disponho. Este sacerdote de Lisboa exerceu a sua influência não só em Lisboa, mas também em toda a área metropolitana de Lisboa, e pode dizer-se, certamente, em todo o país, que tocou os corações de muitas pessoas e é por isso que o Chega, em vários municípios tem apresentado este voto de pesar, e eu, pessoalmente, faço-o, não só pelo Chega, mas porque conheci o padre João Seabra, e conheci em momentos bons, e momentos maus, de desavenças, e em momentos bons e vi sempre a sua capacidade de procurar o melhor - e como se diz aqui nesta moção, de olhar para o alto. E fazem falta pessoas assim. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções em relação a este voto de pesar? Não há inscrições? É isso? Confirma-se? Não há, portanto, vamos passar à votação. Quem vota a favor levanta o braço? Podem baixar. Quem é que se abstém? Podem baixar. O voto de pesar foi



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

aprovado pelos votos a favor do PS, do PSD, do Chega, do PAN, e da eleita Soraia Rosário, e abstenção da CDU e do Bloco de Esquerda.

Aprovada a Tomada de Posição nº 58 /XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Dezoito (18) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal da PSD: 3
- Do grupo municipal da CH: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezoito (18) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal da BE: 2

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o documento seguinte que é da CDU, que é a moção – “Avançar por mais e melhores transportes no Seixal.” É subscrita pelo Manuel Guerreiro.

II.6. O Grupo Municipal da CDU apresentou uma Moção: “Avançar - Por mais e melhores transportes no Seixal”, subscrita por Manuel Guerreiro.

(Documento anexo à ata com o número 6).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Manuel Guerreiro, tem a palavra, se faz favor.

Manuel Guerreiro, da CDU, disse: “A moção – “Avançar por mais e melhores transportes públicos.” Em 2019, depois de mais de 20 anos de luta, foi finalmente feito um avanço histórico para uma solução dum tarifária mais barata, o chamado passe intermodal para um novo transporte público, e nessa medida contribuiu para uma melhoria estrutural do ambiente. Foram evidentes as dificuldades e problemas dos operadores de transporte, em responder à nova procura em quantidade, em qualidade e em pontualidade. Passados 3 anos, dá-se outro avanço com a criação da empresa metropolitana e com a entrada em funcionamento da nova frota menos poluente, mais moderna, mais cómoda, com melhor imagem e com melhor oferta. Apesar de terem decorrido 3 anos, os operadores privados de transportes não tiveram tempo, nem condições para se adaptar e é sabido que têm surgido alguns problemas com a implementação no processo dos novos transportes. No dia 01 de julho, vai começar a funcionar a nova frota no Seixal, Almada e Sesimbra nesta corôa. Queremos acreditar que vai alargar e melhorar a qualidade e a mobilidade das populações do nosso concelho. Mas é preciso que se continue a acompanhar com rigor, o processo, para garantir o cumprimento dos compromissos, por parte dos operadores, e se isto levar a concretizar os projetos que têm sido pendentes no concelho, como sejam o metro Sul do Tejo, a melhoria do trans-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

porte fluvial, os comboios, os parques de estacionamento abertos e gratuitos, para melhorar as ligações, e os transportes no concelho e na área metropolitana de Lisboa. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções em relação a esta moção? Quem é que pretende intervir? Samuel Cruz, faça o favor.

Samuel Cruz, do PS, disse: “Bom, um ponto prévio, porque ainda agora eu comentava ali que estou a ficar um bocado baralhado nesta sessão. Já não sei se estou na assembleia da república, se estou na assembleia municipal. Só ouço falar do governo, o governo, o governo. Não deve ter nada a ver com a Câmara o que se passa aqui, pois não? Estamos aqui para falar do governo? Deve ser. Bem, mas em relação a isto só para ficar claro. A Câmara Municipal do Seixal tem feito tanta propaganda, e tanta desinformação à volta disto, e é para ficar clarinho. O impulso político é do governo, a maioria é do governo, a maioria na assembleia metropolitana de Lisboa que só dá para implementar a medida é do governo. É do governo, não. É da maioria socialista, porque as Câmaras têm maioria socialista, a presidente é a presidente da Câmara Municipal da Amadora, a empresa, de facto, tem lá um vogal que foi vereador no Barreiro, mas é o único. Portanto, a própria empresa tem a maioria. A CDU colabora, mas tem um papel menor nesta situação, que fique claro. E não é só no Seixal. Como verem os cartazes da Câmara, ouvir estas intervenções, parece que só vai haver aqui no Seixal. Mas não, vai haver em toda a área metropolitana de Lisboa. E há formas mais construtivas de o fazer. Almada, também uma ... e eu até tenho ali, um órgão de comunicação público. E o que tem é o presidente da empresa de transportes a apelar a quem usa o transporte privado, o transporte individual, ao uso do transporte coletivo. Isso é pedagógico, e é aquilo que se pretende com a medida. Aqui, o que se pretende é desinformar, e parecer que isto é tudo da Câmara, quando não é. Tem um papel menor, não haja dúvida. Mesmo do ponto de vista político. E do ponto de vista financeiro, ainda muito mais.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais intervenções? Inscrevam-se. Já temos uma. Fechamos aqui? Certo. Luís Alcoforado. Mais? Luís Alcoforado faça o favor.

Luís Alcoforado, do PS, disse: “Eu passo a citar o 4.º parágrafo da moção. – “Que a solução foi construída envolvendo os municípios e o governo, e não poderia ser de outra forma.” Deixem-me partilhar aqui com a assembleia que a Junta de Freguesia, e o seu executivo, manifestou o seu interesse em estar envolvida nesse processo. Inclusive, no dia 05 de maio, começou por enviar *e-mails* ao senhor presidente, à Câmara Municipal do Seixal, e até hoje, e apesar dos inúmeros reforços desses *e-mails*, até hoje não recebeu nenhuma informação, nem se dignou a responder. O senhor presidente, costuma dar como exemplo a Câmara de Almada. Temos um bom exemplo. A Câmara de Almada, pelo menos realizou 6 reuniões com as freguesias. A Junta de Freguesia não foi envolvida. Eu presumo que as outras Juntas que também não foram, e eu gostaria de saber porquê? Somos nós que estamos no campo, e eu, inclusive, e alguns elementos do executivo utilizam o transporte público, conhecemos a realidade, e então, ainda estou à espera das respostas. Relativamente aos horários. Tivemos a cuidado de ver os horários, e também é caricato. Temos umas carreiras com 3 viagens por dia útil, com 6 viagens por dia útil, e com 7 viagens por



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

dia útil. Aos sábados e domingos, não há. Até referem – “Sem tempo de passagem.” Não se percebe. Também já agora aproveitando o momento de estar aqui, e já que represento Fernão Ferro, queria sensibilizar para a utilização do mini bus a circular na região de Fernão Ferro. Acho que é muito útil. Inclusive, se às vezes, promoverem esse autocarro, também que passe pelo mercado, porque está esquecido o mercado. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Senhor presidente da Câmara, faça o favor.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Muito bem. Muito obrigado. De facto, a carris metropolitana, vai ser uma realidade a partir do próximo dia 01 de julho, mas não nos moldes que nós gostaríamos. Isto porque as empresas, os operadores privados de transportes que não cumprem o caderno de encargos, que não cumpriram no Lote 4, não vão cumprir no Lote 3, e não vão cumprir no Lote 1 e 2. Podemos dizer que entre os 4 Lotes a concurso, e que foram adjudicados a empresas privadas, algumas até com histórico de operação, como é o caso aqui do nosso Lote 3, os TST, a verdade é que no tempo em que estiveram disponíveis, e para o qual se comprometeram a ter a operação completamente terminada e operacional, da forma como estava prevista a 01 de julho, a verdade é que nos transmitiram que só a partir de 01 de janeiro de 2023, é que vão conseguir assegurar os 100% daquilo que era a operação inicial. No entanto, gostava de dizer que, mesmo apesar desta realidade, que é da responsabilidade - e eu vou dizer assim – dos operadores privados de transporte, porque, de facto, não conseguem cumprir com o contrato, com que se comprometeram, e há, desde logo, esta falha, mas, no entanto, a verdade é que mesmo com esta redução, a partir do dia 01 de julho, teremos mais serviço de transporte e em muito melhores condições. O concelho do Seixal, a partir do próximo dia 01 de julho, vai conhecer uma nova realidade em termos de viaturas e equipamentos de transporte, novos, ou praticamente novos, com grande qualidade, grande conforto, e melhor segurança, e também menor impacto ambiental. São novos autocarros, ou muito recentes equipamentos que vão ser colocados, e todas aqueles equipamentos antigos, muitos deles importados da Alemanha, em segunda mão, ou em terceira mão, ou da Inglaterra, ou da Holanda, e de outros países que vinham para cá, para serem recauchutados e repintados com os nomes TST e Fertagus vão desaparecer. E essa é uma enorme mais-valia daquilo que é a questão da mobilidade, da segurança, e também daquilo que são os impactos ambientais. Por isso, eu diria que há quem queira chegar um pouco mais à frente nesta meta, quem queira correr um bocadinho para aparecer em primeiro lugar, mas nós queremos todos chegar à meta em conjunto. Porque, de facto, finalmente, foi a união dos 18 municípios da área metropolitana de Lisboa, que obrigou o governo a avançar com esta situação. Vou dizer que para a CDU não era este o modelo indicado. E, aliás, hoje está a ser provado que o modelo que foi aprovado, por consenso, não foi o mais indicado. Porque o modelo mais indicado, aquele que a CDU preconizava, e preconiza hoje, era que o operador público carris, fosse alargado com trabalhadores públicos, num sistema público de transportes que é isso que dá resposta ao país e às populações, e não com base em operadores privados. E, uma vez mais, o PCP e a CDU, tinham razão. Nenhum dos operadores privados conseguiu cumprir o contrato a 01 de julho. Nem a 01 de julho, no lote 4, nem a 01 de julho, no Lote 3, e muito menos, a 01 de janeiro nos Lotes 1 e 2 e que esses processos estão ainda muitís-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

simo mais atrasados. Por isso, cá está, mais uma vez, a CDU e os seus eleitos tinham razão. Se tivéssemos avançado com uma solução de alargamento progressivo da carris, o operador público de transportes, que podia ser partilhado pelos municípios, se calhar, tínhamos uma solução no tempo, possível de ter com um operador público. Assim, estamos dependentes dum operador privado e daquilo que tem, ou não, capacidade de fazer. Por isso, quem cumpriu, quem lutou, foram os eleitos da CDU, mas foram também os presidentes de Câmara, que é preciso dizer. O PS, e o PSD, finalmente, vieram de encontro aquilo que eram as nossas posições, mas que não conseguiram ultrapassar o estigma do público, e do privado, preferindo o privado. E é preciso ultrapassar esse estigma e apostar naquilo que nós estamos aqui hoje a fazer. Nós fomos eleitos pela população para a administração pública, e os presidentes também são, e os eleitos também são. E têm que acreditar no seu trabalho. Mas não acreditam, mas não de acreditar. Esta operação carris metropolitana, vai revolucionar o sistema de transportes metropolitano, a partir de 01 de julho, o Seixal, Almada, e Sesimbra, mas a 01 de janeiro de 2023, segundo aquilo que nos é transmitido, é que a operação estará a 100% completa. E claro que está em todos os processos de grande transformação, que mexem com milhares de viagens, milhares de pessoas, que não será tudo perfeito, e nós cá estamos para fazer o nosso papel de mediador. Quero dizer também ao senhor eleito da Junta de Freguesia que se veio queixar, que a Câmara Municipal só teve conhecimento dos horários ainda esta semana. Os horários definitivos, só nos foram enviados pela AML esta semana, esta semana onde estamos, e hoje é segunda-feira. Portanto, nós temos o conhecimento, eu diria, muito recente. E vamos fazer um caderno informativo no próximo Boletim Municipal, com a rede de transportes da carris metropolitana atual, aquela que será futura, para ajudarmos à compreensão deste processo. Porque também aí se falhou do ponto de vista da comunicação. Mas nós queremos que este processo funcione, e queremos que a carris metropolitana funcione, e nesse sentido, vamos continuar a fazer o nosso melhor, para que a população conheça as rotas, conheça os horários, e a seguir à implementação, vamo-nos juntar, para que os mais de 150, se não estou em erro, motoristas que estão em formação, possam formar-se e utilizar os autocarros novos que estão muitos deles já parquados em Setúbal, e que precisam de motoristas para os poder operar. E é isso que nós esperamos que aconteça, para que a operação da carris metropolitana represente já a partir de 01 de julho, um aumento de 10% da mobilidade do concelho, e depois daqui a cerca de 5 meses, possamos avançar com mais de 33% em termos daquilo que são as deslocações, e as viagens, em quilómetros, em mais de 66%. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, senhor presidente. Tem a palavra o proponente. Faça o favor.

Manuel Guerreiro, da CDU, disse: “Como ficou evidente, é uma ideia nossa a execução, e a partir de certa altura é de outros, e, portanto, o senhor eleito, pode perguntar ao seu colega pelos problemas que o processo vai ter. E agradeço ali ao senhor líder da bancada do PS, por ter aqui assumido a responsabilidade dos fiascos que já estão a acontecer, e que vão acontecer, de futuro. Por-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

tanto, já sabe a quem é que se deve dirigir quando houver o fiasco. Procurem o PS, porque o PS é que é o responsável pelo que está a acontecer neste momento. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação. Quem vota a favor desta moção que levante o braço. Podem baixar. Quem se abstém? Podem baixar. Quem vota contra? Portanto, esta moção foi aprovada com os votos a favor da CDU, do PS, do Bloco de Esquerda, do PAN. Chega a favor. Abstenção. Muito bem. Obrigado. Portanto, votos a favor, e eu repito: da CDU, do PS, do Bloco de Esquerda, e do PAN. Abstenção do PSD e do Chega, e vota a favor a eleita Soraia Rosário. Certo? Assim está certo, não está? Obrigado.

Aprovada a Tomada de Posição nº 59/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Trinta e dois (32) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do BE: 2
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Quatro (4) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal da CH: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Então, declarações de voto. Nuno Capucha, e Rui Belchior.

Nuno Capucha do CH disse: “Naturalmente que esta notícia é uma boa notícia para a população, mas como sempre, esta moção vem com um emaranhado de coisas, como eu disse, há pouco, e para usar uma expressão popular – “Misturam alhos, com bugalhos.” E sendo desde logo o caderno reivindicativo do PCP, e que serviu também como arma de arremesso contra o governo, e enfim, achamos que devia ser um motivo de paz, digamos assim, uma saudação por este avanço, por esta boa medida, mas não. E adiantando já o que vai ser esta declaração de voto, e o que vai ser a nossa moção, fica a questão do investimento municipal, dos tais oito milhões de euros, em 4 anos, tão propagandeados aí em outdoors e mupis. E perante tanta informação dispersa, ou seja, em outdoors, seja no site da Câmara, ou no Boletim Municipal, fica-nos uma dúvida que eu acho que é legítima. Se o passe de navegante, porque completou 3 anos, e se a Câmara investiu dois milhões por ano, são seis milhões, e não oito que foram investidos. De facto, a Câmara vai investir agora, oito milhões neste mandato, como afirmou o senhor presidente da Câmara, ou trata-se de um lapso. E por último, qual é a parte desse investimento que se destina ao passe navegante, e qual é a parte que se destina a novos autocarros, como os outdoors parecem fazer crer, ou seja, induzem em erro. Quando se fala em investimento, parece que é um investimento em meios físicos. Disse.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Rui Belchior, se faz favor.

Rui Belchior do PSD disse: “Muito obrigado, senhor presidente. O PSD absteve-se pelo seguinte somatório de razões. 1.º - A CDU, ultimamente, cada moção, cada documento que é apresentado com propostas da oposição, a CDU já fez tudo, já tratou de tudo, e, portanto, não é preciso fazer nada. Em contraposição, vem com estas exortações à Câmara, e aos grandes projetos que a Câmara participa, colabora, contribuiu, e reivindica a ideia, etc... etc... Bom, a verdade, e o senhor presidente teve aqui uma intervenção contraditória, porque ao mesmo tempo que saúda, lá está, o projeto e a ideia, também coloca algumas reservas, que, cautelarmente, também já veio o proponente do documento dizer – Bom, se houver problemas a culpa é deles, é do governo. Nossa, enfim, é que, de certeza, não é. Nós, quanto a nós, não estamos nada otimistas, e basta abrir aqui a internet para perceber que logo no primeiro dia que houve constrangimentos em todo o lado, 90% das carreiras não avançaram. E, portanto, nós temos muitas dúvidas, como temos relativamente à descentralização, e em tudo em que o governo, em todas as reformas que o governo tenta, ou pretende fazer, nós temos muitas dúvidas. E, portanto, é esperar para ver e nós não alinhamos pelo diapasão de exortar e de saudar os municípios e as Câmaras, que não fazem mais do que o seu dever, que é exatamente colaborar em nome, e em função das populações. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Portanto, não havendo mais declarações de voto, é isso? Então, passamos para o documento seguinte. É do PS e é uma recomendação – “Implementação de mais recursos humanos, no apoio à CPCJ.” É subscrita pela Isabel Antas.

II.7. O Grupo Municipal do PS apresentou uma Recomendação: “Pela implementação de mais recursos humanos no apoio à CPCJ”, subscrita por Isabel Antas.

(Documento anexo à ata com o número 7).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Isabel faça o favor. Tem a palavra.

Isabel Antas, do PS, disse: “Não vou ler a recomendação. Vou só dizer uma frase da deliberação. – “Quando morre uma criança vítima de maus tratos, todos morremos um pouco.” Portanto, não devíamos descansar enquanto não fossem compreendidas todas as falhas, todos os erros humanos. Porque os erros de cada um, os erros da comunidade, são também da nossa responsabilidade. Queria apenas dizer, e tem-se estado a falar muito da CPCJ, eu queria apenas dizer o seguinte: a minha tese de mestrado é feita sobre as CPCJ, e há aqui muitas incongruências que estão a ser ditas e que me levam a ter aqui uma postura não menos coerente e correta, com aquilo que tem vindo aqui a ser dito, e afirmado, ao nível do Estado central, porque o funcionamento da CPCJ, não é assim. Assim a Assembleia Municipal do Seixal, reunida na sua 3.ª sessão ordinária de 2022, delibera recomendar à Câmara Municipal do Seixal, a promoção duma política de contratação de recursos humanos, nas áreas das ciências sociais, de forma a reforçar a equipa da CPCJ do Seixal.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Inscrições para a intervenção, em relação a esta recomendação? Quem é que pretende intervir? Não há inscrições, é isso? Confirma-se que não há inscrições. Então, senhor presidente da Câmara.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Senhor presidente, já há pouco intervim sobre esta matéria, e não temos dúvidas que as Comissões da CPCJ que precisam de mais meios, e que a primeira competência, é, de facto, da Segurança Social. Se a Segurança Social entende, ou o governo entende que é preciso colocar mais meios, então, tem de avançar ou de forma direta, ou então, dizer que, de facto, fazer protocolos com os municípios, para que possamos ter mais meios. Da nossa parte, estaremos sempre disponíveis para o efeito. Agora, a primeira responsabilidade não é da Câmara Municipal, e deve partir, exatamente, dos técnicos e da presidente da CPCJ, que conhece a realidade como ninguém, e sabe aquilo que está a acontecer, e que meios é que necessita, e deve passar ao governo, e depois, a seguir, deverá ver qual a melhor forma de resolver esse problema, e cá estaremos, uma vez mais, para colaborar, como é do nosso timbre, e, de facto, acima de tudo estão as crianças, os seus direitos, a sua segurança, e é nesse sentido que, portanto, a nossa posição é neste sentido. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado, senhor presidente. Bom, tem a palavra o proponente se pretender intervir. Já não é possível porque o PS esgotou o tempo, como se constata, e, portanto, vamos passar à votação. Quem vota a favor desta recomendação levanta o braço? Podem baixar? Quem se abstém? Podem baixar. Quem vota contra? Esta recomendação foi aprovada com os votos a favor do PS, do PSD, do Bloco de Esquerda, do Chega, do PAN, e da eleita independente Soraia Rosário, e a abstenção da CDU.

Aprovada a Tomada de Posição nº 60/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Vinte (20) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezasseis (16) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do CDU: 16

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Alguma declaração de voto? Portanto, Rui Belchior, Nuno Capucha, e Catarina Teixeira.

Rui Belchior do PSD disse: “Nós votámos a favor, mas queríamos deixar apenas esta nota como reflexão. O Partido Socialista, nos últimos 27 anos, governou 20. Repito: nos últimos 27 anos, governou 20, e têm mais 4 anos pela frente. Portanto, é o Partido Socialista, que, sobretudo, nos últimos 4 anos, teve o dever e a função de modificar o atual estado das coisas. E o atual estado das coisas, é para todos evidente, que é a falência completa do Estado de direito, que é a saúde, é tudo, e esta



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

situação que sucedeu, que se vão repetindo, este tipo de episódios são exatamente o emblema desta falência do governo Socialista, e do estado socialista dos últimos 20 anos. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Nuno Capucha, faça o favor.

Nuno Capucha do CH disse: “Nós votámos a favor desta moção, quer como foi apresentada também pelo Bloco de Esquerda, numa moção semelhante, e também nesta, e votámos a favor, mas deixamos três considerações que nos parecem importantes. Primeiro: falamos dos direitos das crianças – e esta é uma pergunta para o PS – onde estão os direitos das crianças, quando a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, viola esses mesmos direitos ao ameaçar a sua inocência, ao não preservar a sua inocência, e a missão do seu normal desenvolvimento sexual? Depois recordar a esta assembleia que não foi um membro da CPCJ, que por mais erros que a CPCJ possa ter cometido, não foi um membro da CPCJ que cometeu um crime bárbaro que brada aos Céus! Foram monstros com aparência de gente. E para essas pessoas, a sociedade tem de fazer muito mais, e tem de se defender desse género de pessoas. E aqui o Chega tem razão ao propor a prisão perpétua para crimes de especial gravidade como este. Aliás, quero recordar – se ainda não leram - que o Reino Unido, acabou de aprovar uma lei que conduz à prisão perpétua quem comete este género de crimes, sobretudo contra crianças, com base no caso de um menino chamado Tony Hudgell, que perdeu as pernas após ter sido torturado pelos seus pais biológicos. É preciso também que a sociedade mande um recado muito claro a quem sequer pense, quem ouse pensar – perdão – em cometer este género de crimes. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Catarina Teixeira, se faz favor.

Catarina Teixeira da CDU disse: “ A bancada da CDU irá atempadamente apresentar a declaração de voto, e absteve-se pelos motivos que explicou anteriormente. Obrigada.

(Declaração de voto em anexo à ata com o número 7-a)

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o documento seguinte que é do PSD. É uma moção pelo – “Reforço das urgências hospitalares.” É subscrita pelo Rui Belchior, e tem a palavra.

Mário Macedo, do BE, disse: “Senhor presidente, tenho um ponto de ordem à mesa para fazer.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Com certeza.

Mário Macedo, do BE, disse: “Ora bem, nós vamos agora discutir a 8.ª moção e o executivo camarário já gastou 21 minutos, e usou de mais tempo do que o tempo do PS, ou do tempo da CDU. Isto não é assim, e é impossível continuarmos a trabalhar. Tem de ser mais bem conseguido, porque, no fundo, a CDU duplica, ou triplica o tempo que tem disponível, e ainda só temos 7 moções apresentadas, e ainda nos faltam mais 8. Assim, não dá.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ó Mário, é evidente que isso não é matéria para discutir aqui. Estamos a discutir o quadro do regimento, mas só dar uma nota. É que o tempo dos



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

grupos municipais não está posto em causa. Pronto. A gestão dos grupos municipais não está posta em causa. O PS esgotou, porque esgotou. Pronto. Ou seja, não está posto em causa, e isso, eu quero deixar claro que os grupos municipais apresentem os seus documentos no quadro do tempo que dispõem. Certo? Não foi posto em causa nada, pois não?

Mário Macedo, do BE, disse: “Certo. Não. Não foi isso que eu disse. É ponto de ordem.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Pronto. Se é ponto de ordem, faça o favor. Ó Rui, pode-se sentar.

Mário Macedo, do BE, disse: “A questão é esta. Do ponto de vista formal, não está em causa nada. Mas, do ponto de vista material, do ponto de vista da justiça, está em causa tudo. Não é possível haver um contraditório, quando uns não têm tempo limitado, e outros têm um tempo muito limitado. Há aí uma questão de igualdade material, que, objetivamente está posta em causa. E também está, do ponto de vista formal, e foi isso que o senhor presidente da assembleia municipal se agarrou, é aquilo que está combinado entre nós. Porque o que está combinado entre nós, que a Câmara Municipal não tem tempo, porque se compromete a utilizá-lo com parcimónia, e bom senso, na medida em que esta discussão é entre os grupos municipais e não a Câmara Municipal. A Câmara Municipal interviria naquilo que nós acordámos, apenas para prestar esclarecimentos naquilo que tivesse a ver com a sua própria atividade. E não é a isso que temos aqui assistido. O que temos aqui assistido é a Câmara a fazer as vezes do grupo municipal do Partido Comunista, que é muito fraco na argumentação, e substitui, a Câmara substitui o grupo do PCP (risos). É isto que se passa.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Bom, esta matéria destes dois pontos de ordem, o primeiro ponto de ordem do Mário Macedo, como o ponto de ordem do Samuel Cruz, portanto, os respetivos líderes do Bloco de Esquerda, e do Partido Socialista, é matéria que temos estado a apreciar, e, aliás, já tivemos apreciação em relação a esta matéria, em concreto, ao período de antes da ordem do dia, na reunião de líderes. Se foi vossa pretensão colocar uma matéria que não está fechada no regimento extemporaneamente na assembleia municipal, têm esse direito. Mas eu não posso deixar de dizer que ela está a ser discutida. Portanto, não foi nenhuma novidade a discussão, e não é da intervenção da Câmara, do senhor presidente, é do funcionamento do período de antes da ordem do dia, no qual, do novo regimento da assembleia municipal, até aqui que está em vigor o atual. E sabem bem o que já discutimos sobre isso, e não vem para aqui chamado, porque senão eu também diria algumas coisas sobre essa matéria. Aliás, até houve uma proposta do alargamento do período de antes da ordem do dia, e que não teve consenso. Já agora, dizer que foi feita, e foi feita pela mesa, e não teve consenso. Bom, se houvesse consenso, se calhar, tínhamos mais tempo para todos. Mas pronto. Eu até já disse mais do que o devia dizer. Porque a questão foi suscitada, e está a ser discutida, e isso é que eu quero sublinhar, que já tem várias reuniões, e esta matéria já teve uma primeira apreciação, e não está fechada na reunião de líderes. Certo? Este esclarecimento era necessário, evidentemente. Sendo a questão está colocada, nós estamos a discuti-la. Não é a novidade. Estamos a discuti-la. Bom, é ponto de ordem, não é? Arman-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

do Farias, faça o favor.

Armando Farias da CDU disse: “É para reafirmar aquilo que já disse. O que está a ser discutido no regimento, da nossa parte, o grupo municipal da CDU tem toda a abertura para ver estas questões. Agora, há aqui um aspeto que é o seguinte: é que o senhor eleito Samuel Cruz, veio aqui reconhecer a boa argumentação do executivo. Eu acho que isto é benefício para toda a assembleia. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ora, terminados os pontos de ordem, creio? É isso? Podemos seguir. Então, passamos para o documento seguinte.

II.8. O Grupo Municipal do PSD apresentou uma Moção: “Pelo Reforço das urgências Hospitalares”, subscrita por Rui Belchior Pereira.

(Documento anexo à ata com o número 8).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Que é... Rui, Força.

Rui Belchior do PSD disse: “Muito sinteticamente. Nós não podíamos deixar de assinalar, independentemente dos argumentos que possam vir aí, que enfim, que o Passos Coelho, isto, ou aquilo, como estamos habituados, não podíamos deixar de assinalar o autêntico escândalo, que é uma expressão que eu gosto muito, que se está a verificar no país todo, com o encerramento das urgências obstétricas, e outras. E, portanto, por aqui me fico, e aguardo pelos comentários. Porque é o que sobre a moção versa, que é manifestar o nosso total repúdio sobre esta situação.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ora, muito bem. Intervenções então em relação a esta moção do PSD? Quem é que pretende intervir? Mário Macedo. Mais alguma inscrição? Faça o favor, Mário.

Mário Macedo do BE disse: “Ora bem, nesta assembleia deve ficar então um registo histórico, porque é a segunda vez que eu subo a este palco para dar os parabéns ao PSD. Voltou a ir ao nosso programa, voltou a ir buscar as nossas boas ideias, que eu muito agradeço. O que é que eu posso acrescentar? Bem-vindo PSD à luta pelo SNS. Acho que estão no caminho certo, devem continuar assim, e também aproveito para elogiar a Ministra da Saúde, que também deve ter lido as nossas propostas, ou as entrevistas que nós temos dado, porque hoje, finalmente, foi anunciado que o estatuto do SNS vai ser criado, e vamos ter a figura de um diretor executivo do SNS que permita, finalmente, coordenar a rede de cuidados em Portugal. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais intervenções? Não há mais pedidos de intervenção. Eu pergunto ao senhor presidente da Câmara se sobre esta matéria, se assim entender. Faça o favor, senhor presidente.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Bom, antes de mais, não sabia que era tão apreciada a minha intervenção. Agradeço a vossa atenção. Muito obrigado. Bom, de facto, em relação a esta moção, nós temos recebido a informação via sistema da proteção civil, via centro de operações de socorro, que, por várias vezes, as urgências do Hospital Garcia de Orta têm estado encerradas nal-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

gumas especialidades, o que, de facto, revela bem o nível de atendimento que existe no Sistema Nacional de Saúde, e sabemos, pelas notícias, que é uma situação que acontece em todo o país. Isto é sinónimo do desinvestimento que os governos têm feito, seja nos 20 anos do PS, seja nos 7 anos do PSD, ambos têm utilizado um enorme desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde, e por isso, o que se impõe, é, de facto, uma alteração das políticas, e é isso que esta moção nos insta, que é com uma alteração das políticas ao serviço das populações, do reforço do Sistema Nacional de Saúde, do povo, e do país. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado, senhor presidente da Câmara. Pergunto ao proponente se pretende intervir? Rui Belchior, faça o favor.

Rui Belchior do PSD disse: “Bem, eu tenho que responder ao Mário Macedo, por quem tenho muita estima, dizendo que verifico que, finalmente, que o Bloco consegue reparar na verdadeira essência do Partido Social Democrata, abandonando esses preconceitos ideológicos, com que, muitas vezes, a Esquerda conota o PSD, e dizer o seguinte: o PSD já apresenta estas propostas, designadamente com o que nós consideramos que era a prioridade para o alargamento duma rede de cuidados de saúde primários, e a construção de mais centros de saúde, para aí, desde 2013. Portanto, nós já cá andamos há muitos anos a defender isto. O preconceito ideológico, é que, muitas vezes, não permite verificar as coisas com a transparência que são necessárias. O PSD sobre o tema da saúde, o que nunca fez, foi alinhar na demagogia, na propaganda barata, reivindicando hospitais, que nós sabemos que, em determinadas alturas eram difíceis, e que agora, apesar de prometido, ainda vai ser mais difícil. E com o que aí vem, ou pelo que, supostamente, há-de vir, muitas dificuldades vão existir na construção desse hospital que tem sido apenas virtual, e de certeza que não é por culpa do PSD, apesar das acusações, o PSD meteu na gaveta no período da Troika. Toda a gente sabe disso, que era impossível fazer o hospital nessa altura. O PS é que prometeu, a geringonça também, mas não conseguiu concretizar. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos passar à votação. Quem vota a favor que levante o braço? O proponente vota a favor. Certo? Pronto. Está registado. Ora, podem baixar. Absenções? Votos contra? Esta moção está aprovada por unanimidade. Declarações de voto? Não há declarações de voto.

Aprovada a Tomada de Posição nº 61/XIII/2022 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e seis (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o documento seguinte que é do Bloco de Esquerda, moção – “Os direitos das mulheres são direitos humanos.” Portanto esta carece de leitura. Certo?

I.9. O Grupo Municipal do BE apresentou a Moção “Os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos”, subscrita por Mário Macedo.

(Documento anexo à ata com o número 9).

Mário Macedo, do BE, disse: “Num ano em que celebramos as comemorações dos 50 anos da queda da ditadura em Portugal, e duma instauração dum regime democrático, com uma Constituição progressista saída do 25 de abril, assistimos um pouco por todo o mundo ao crescer das forças obscurantistas, retrógradas e antidemocráticas. Sendo que existe, neste momento, um maior número de autocracias do que democracias, e na situação social, económica, e política, a degradar-se na sequência da pandemia, e agora da guerra, devemos olhar para a realidade com uma grande preocupação. Ainda esta semana, nós assistimos com profundo pesar à concretização nos Estados Unidos da América, duma ameaça que pairava sobre um direito conquistado há mais de 50 anos. Os juízes ultra conservadores do Supremo Tribunal, aprovaram a regressão do caso Roe versus Wade. Esta decisão significa que o aborto deixa de ser considerado um direito constitucional e que passa a ser definido por cada Estado. Ou seja, fica nas mãos de políticos, e ideólogos, uma decisão que afeta milhões de mulheres, no mais íntimo, e pessoal de suas vidas. Deste modo, um dos países mais poderosos do mundo, recuou 50 anos, e possibilita agora a reversão daquilo que era um direito fundamental das mulheres americanas, o direito ao aborto legal e seguro. Dez Estados, já reverteram essa lei de acesso ao aborto, mesmo em casos em que a vida da mulher esteja em risco. O fanatismo não pode ter lugar na saúde. Em Portugal, o acesso ao aborto legal e seguro tem apenas 15 anos, onde assistimos a uma acentuada redução do número de IVG, o que comprova o sucesso desta medida. Apesar disso, neste escasso período, já assistimos a várias tentativas para o reverter, ou pelo menos, para limitar o direito das mulheres a decidirem interromper uma gravidez. Eu recorro que Portugal até é dos países que tem uma lei mais limitativa no quadro da União Europeia. Um direito tão duramente conquistado e com consequências positivas na saúde sexual e reprodutiva na vida das mulheres portuguesas, reconhecemos a todos – mulheres, e homens – não admitir o retrocesso. Por outro lado, este exemplo tão gritante que aconteceu nos Estados Unidos, deve ser um alerta, para que não acreditemos que os direitos conquistados são uma garantia para a vida. A onda extremista, patriarcal e conservadora, não conhece fronteiras. E estão sempre à espera para nos atirar de volta às garras do passado. Assim, a Assembleia Municipal, recomenda ao executivo reafirmar a sua postura na defesa dos direitos humanos, na defesa dos direitos das mulheres e dos valores da democracia inscritos na Constituição, e solidarizar-se com a luta das mulheres norte americanas, contra a decisão do Supremo Tribunal. Obrigado.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado também, Mário Macedo. Quem quer usar da palavra, faça o favor de se inscrever? Não há mais inscrições? Não havendo, vamos fazer a votação, sem que antes eu solicite ao senhor deputado se quer ainda intervir?”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

Mário Macedo, do BE, disse: “Não, obrigado.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “De qualquer das maneiras já não tem tempo. Daqui, eu não vejo. Foi indicado aqui que não há tempo. Portanto, vamos fazer a votação. Quem vota a favor desta moção? Podem baixar. Quem se abstém? Quem vota contra? Há 1 abstenção, 1 voto contra. Portanto, a moção está aprovada com 1 voto contra do deputado do Chega.

Aprovada a Tomada de Posição nº 62/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Trinta e cinco (35) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Um (1) voto contra do grupo municipal do CH.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Declarações de voto? Nuno Capucha, faça o favor.

Nuno Capucha, do CH, em declaração de voto disse: “Naturalmente, digo eu, que o Chega não pode deixar de votar contra esta moção. E porquê? Porque ela se baseia numa mentira. Talvez esta será uma novidade para os Advogados aqui presentes, mas este caso dos Estados Unidos, baseia-se numa mentira como foi admitido pela própria interveniente deste caso, Roe v. Wade, Jane Roe que era o pseudónimo, na verdade, a senhora chamava-se Norma McCorvey, e admitiu que baseou isto numa mentira que não tenho, nestes 2 minutos, tempo para explicar, mas terei todo o gosto em fazê-lo, e ela admitiu aqui em Portugal, em 2007, à minha frente. Não foi ninguém que me contou, eu vi. E é assim que o aborto que alastram com mentiras e que emocionam a opinião pública. Como foi agora o caso do Brasil, e é um caso de realçar, em que duas crianças se envolveram, tiveram relações sexuais, e foi gerada uma criança, e depois como é que se lida com essa criança? Aborto. E o que é o aborto? Isso, concretamente, neste caso. Nesse caso, que vai servir também para empurrar o aborto no Brasil, estamos a falar duma criança de 29 semanas, com 37cm, 1,300kgs, só lhe faltava desenvolver um pouco mais do pulmão, e é uma criança que pode ser sentida pelo toque, pela mãe, quer por outras pessoas. Reconhecia a voz da mãe, e como é que foi feito neste caso? Uma injeção. Uma injeção que atinge a cabeça, que atinge o coração, tantas vezes que forem necessárias para matar a criança, e que enfim, são inseridos através da vagina, instrumentos cirúrgicos que despedaça o corpo da criança, e que depois despedaça o cérebro da criança. E depois o conteúdo da gravidez, como é assim eufemisticamente chamado, é retirado. É isto o aborto. E é isto que a sociedade, não só a portuguesa, a sociedade mundial, que quer seguir, como nós queremos que as crianças sejam tratadas desde a sua conceção. Disse.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado. Vamos passar à moção seguinte.

Mário Macedo, do BE, disse: “Posso pedir uma declaração de voto, também? Posso?

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Sim. Mário, faça o favor.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

Mário Macedo, do BE, em declaração de voto disse: “Obrigado, senhor presidente. A minha declaração de voto serve para registar alguma preocupação com o Partido Chega, que nesta assembleia, já perdeu 2 deputados, e mais 1 vereador, e que, pelos vistos, vai perder o seu eleito na Amora, porque o eleito da Amora votou a favor desta moção, uma moção igualzinha a esta. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o documento seguinte que é uma moção do Chega – “Pelo fim do investimento em propaganda.” É subscrita por Nuno Capucha.

II.10. O Grupo Municipal do CH apresentou uma Moção: “Pelo fim do investimento em propaganda”, subscrita por Nuno Capucha.

(Documento anexo à ata com o número 10).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “ Nuno Capucha, tem a palavra.

Nuno Capucha, do CH, disse: “Bom, já falei sobre o conteúdo desta moção, e o tempo que me resta eu também não vou alongar-me muito. Sabemos o que o PCP, e o que este município investem em propaganda. Aliás, introduzindo um pouco esta questão, podemos ver, por exemplo, na loja do cidadão, que é junto com as informações que são do interesse dos munícipes, informação política como aquela do desfile que se realizou – “Paz sim, guerra não!” Sempre, já agora, com um pequeno parênteses artístico, sempre com aquela “pomba” que o PCP gosta de usar desde que foi criada por Pablo Picasso, agora que foi utilizada pela equipa de design que deve estar num bunker na Quinta da Atalaia, e a mesma equipa que produziu este cartaz que mistura informação que eu, como eleito, e como munícipe, não percebo. Deve ser uma limitação minha, confesso. Confesso que não percebo. E, portanto, vou repetir as perguntas, de há pouco, porque leio, vejo uma coisa nos cartazes, pesquisei na Internet, vejo outras coisas no Boletim Municipal, no site da Câmara, e, portanto, repito a questão. A Câmara investiu seis milhões de euros, isto contabilizando os dois milhões de euros, por ano, em 2019, desde a criação do passe navegante, onde investiu oito milhões. Vai investir oito milhões de euros neste mandato, como disse o senhor Presidente da Câmara, numa entrevista que está no site da Câmara, ou trata-se de um lapso? E, por último, e acho que é uma questão interessante, qual é a parte do investimento que se destina à participação do passe navegante, e qual é a parte que se destina, efetivamente, à aquisição de novos autocarros? Independentemente das respostas que obtemos com estas perguntas, sabemos que a Câmara Municipal do Seixal, investe em propaganda, sobretudo, em momentos de eleições, como foi o caso das últimas eleições autárquicas, onde o senhor Presidente da Câmara foi condenado a pagar uma coima à Comissão Nacional de Eleições, se não me falha a memória, por violar as regras eleitorais. E, portanto, assim o Chega insta à Assembleia Municipal, recomendar à Câmara que se abstenha de investir em investimento – e passo o pleonasma – não produtivo. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Inscrições para esta moção? Quem é que pretende intervir? Não há inscrições? Confirma-se isso? Confirma-se. Senhor presidente da Câmara?

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Bom, eu não recebi nenhuma coima relativamente a este processo, e espero que não venha nenhuma a caminho. É a minha expectativa, naturalmente. Explicar que, de facto, o eleito do Partido Chega, está na assembleia que votou o orçamento de 2022, que contempla uma verba para o processo da carris metropolitana, passe navegante, e mais dois milhões de euros, mas se ler os exercícios de 2021 / 2020 e 2019, verificará que nesses orça-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

mentos, e também na prestação de contas, a Câmara Municipal do Seixal, pagou nesses 3 anos, cerca de dois milhões de euros. E dois vezes quatro, e estou a incluir 2022, que estamos a pagar, mensalmente estamos a pagar à área metropolitana de Lisboa, esta comparticipação de dois milhões de euros, no orçamento presente. Portanto, (2x4=8). E oito milhões de euros em 2022, que estamos a pagar para termos melhor mobilidade, e também o acesso ao passe navegante a baixo custo para todos os operadores.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, senhor presidente da Câmara. Vamos colocar à votação esta moção do Chega. Quem vota a favor levanta o braço? Podem baixar. Quem se abstém? Podem baixar. Quem vota contra? Podem baixar. Esta moção foi rejeitada com os votos a favor do PS, do PSD, do Chega. Abstenções da eleita independente Soraia Rosário, e o PAN. E o voto contra da CDU e do Bloco de Esquerda.

Rejeitada a Tomada de Posição nº 63/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Dezasseis (16) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1

Dezoito (18) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do BE: 2

Duas (2) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declarações de voto? Mário Macedo, faça o favor.

Mário Macedo, do BE, em declaração de voto disse: “É verdade que se esta Câmara sofre de um excesso de propaganda, nomeadamente através do Boletim Municipal, se também é verdade que muitas vezes há cartazes colocados estrategicamente, em alturas estratégicas, em alturas que não deviam estar a ser colocados, por outro lado, neste caso específico, e até já foi afirmado nesta assembleia, pelos vários partidos, que a medida dos transportes, tem responsabilidade e paternidade, praticamente de todos nós. Foi um trabalho conjunto entre as Câmaras, entre as várias autarquias, a área metropolitana, o próprio governo. Logo, todas as Câmaras nos estão a anunciar e estão a reclamar para si, um pouco da sua responsabilidade, e o facto de incentivarem e de anunciarem esta medida, também não deixa de ser um incentivo à utilização do transporte público, que é uma medida que o Bloco tem no seu programa, e sempre defendeu o incentivo à utilização dos transportes públicos. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais alguma declaração de voto? Armando Farias.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

Armando Farias, da CDU, em declaração de voto disse: “Obrigado, senhor presidente. A CDU votou contra esta moção, porque ao contrário do que é dito, do que se trata é de um direito da população, é o direito à informação por parte da população. E o executivo, e muito bem, o que tem vindo é a prestar informação, relativamente a este novo sistema de transporte, e é por essa razão que votamos contra. Mas também quero instar o senhor eleito do Chega, que vive muito amargurado. Chega ao ponto de não gostar de “pombas”, mas, de facto, é muito mau. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais alguma declaração de voto? Rui Belchior?”

Rui Belchior do PSD em declaração de voto disse: “Muito sinteticamente. De facto, nós votámos a favor, porque concordamos, e, aliás, é um dos grandes apontamentos que fazemos à Câmara, ao executivo, que é o dispêndio astronómico, e não é milhares de euros, é milhões de euros, em propaganda e em publicidade. Ele é: Boletim Municipal, programas de televisão, revistas, programas de rádio, outdoors, mupis, enfim, é interminável a aposta, e eu percebo, quer dizer é a luta pela sobrevivência, e as pessoas jogam e lutam com aquilo que têm ao seu dispor, neste caso, é o dinheiro público, que é mal canalizado, é uma opção política, e nós estamos cá para censurá-lo, para continuar a lutar contra ela, não concordamos. Já agora, dizer, de facto, senhor presidente, e não sei se teve de pagar multa, ou não, mas foi condenado pela Comissão Nacional de Eleições, e o recurso para o tribunal, também não resultou. Portanto, aquilo que os senhores andavam a fazer em tempo de eleições, não era admitido, tanto que tiveram que retirar, ou tapar os outdoors. Portanto, isso também é um facto, e não vale a pena estarmos a contorná-lo. É isto, e é a vossa posição política que tem sido sempre assim.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais alguma declaração de voto, e para fecharmos? Não. Então, sendo assim passamos para o documento seguinte que é da CDU, a moção – “ O Seixal e a região têm de ser uma prioridade do Governo”, subscrita por Catarina Teixeira,

II.11. O Grupo Municipal da CDU apresentou uma Moção: “O Seixal e a região têm de ser uma prioridade do Governo”, subscrita por Catarina Teixeira.

(Documento anexo à ata com o número 11).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Catarina tem a palavra. Faça o favor.

Catarina Teixeira, da CDU, disse: “Seixal, um concelho onde dá gosto viver. Um concelho, onde há a valorização da juventude, da educação, na cultura, no desporto, no ambiente, ou de tantas outras áreas, é uma realidade e uma referência na nossa região, e no nosso país. Esta estratégia de desenvolvimento na construção de um futuro melhor para o concelho e para a população, vai continuar a ser uma linha orientadora, promovida pela Câmara Municipal do Seixal. O investimento público em projetos como o Centro Cultural de Amora, o Parque Urbano de Miratejo, o Centro Náutico de Amora, o Parque Metropolitano da Biodiversidade, o Jardim de Infância da Quinta de S. Nicolau e Corroios, ou o Pavilhão Desportivo e Municipal de Fernão Ferro, são a ilustração na aposta da valorização do Seixal. Mas exige-se também que o desenvolvimento do concelho e da região, seja uma prioridade por parte do Governo do PS. Urge, que os compromissos assumidos sejam concretizados. Nomeadamente, com a construção do Hospital do Seixal, o prosseguimento do Metro Sul do Tejo, a requalificação da Nacional 378, a construção da Esquadra de Divisão Policial do



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

Seixal, as obras prometidas nas Escolas 2 e 3, e 3.ª ciclo, e secundárias, a Estrada Regional 10, com a ponte Seixal / Barreiro, a criação de respostas de Lares e Creches sociais, a construção das escolas dos 2.º e 3.º ciclos, e a secundária em Fernão Ferro, entre muitos outros investimentos. Em vez disso, o Governo descentraliza competências do Estado central para as autarquias, transferindo os seus encargos, sem as verbas necessárias ao financiamento das mesmas. Colocando mais constrangimentos à gestão das autarquias, e dificultando as respostas necessárias para os problemas das populações. Elaboram orçamento de Estado para 2022, que reduz as verbas para o programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos, em cerca de sessenta milhões de euros, que não regulariza a dívida dum fundo social municipal aos municípios, nem os ressarcia da dívida com as despesas Covid, através dum adicional ao FSM. O programa de recuperação e resiliência, que poderia colmatar a falha de financiamento do Governo, fica muito aquém do necessário, no concelho, e na região. Em prioridades como na saúde, na educação, ou mobilidade. E no caso desta última, não se delinea qualquer investimento estruturante. Ficando de fora projetos como o prolongamento da 2.ª e 3.ª fase do Metro Sul do Tejo, ou a Estrada Regional 10. Também no que se refere à habitação contabilizam-se acusações orçamentais insuficientes para o previsto e as necessidades do concelho. Também no acordo de parceira Portugal 2030, se verificou uma significativa redução das verbas de fundos Europeus, com um corte de mais de 50% para a região de Lisboa, optando o Governo, mais uma vez, por penalizar o desenvolvimento do concelho e da região. Assim, a Assembleia Municipal do Seixal, reunida na 3.ª sessão ordinária, no dia 27 de junho de 2022, delibera instar o Governo a cumprir os compromissos assumidos com a população do Seixal, nomeadamente concretizando os investimentos necessários na saúde, educação, habitação, ação social, e acessibilidades e transportes. Exigir o reforço das verbas destinadas à área metropolitana de Lisboa, bem como a regularização das dívidas da administração central, para com os municípios. Obrigada.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado. Intervenções dentro da disponibilidade de tempo? Não há pedidos de intervenção. Pergunto ao senhor presidente da Câmara, se tem algum apontamento. Faça o favor, senhor presidente.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “É somente uma nota para reforçar. De facto, projetos estruturantes para o concelho e para a região, são sucessivamente adiados pelos governos, neste caso, pelo Governo do PS, que não nos coloca em nenhum calendário. Do Hospital do Seixal, já hoje aqui falámos, mas para o prolongamento do Metro Sul do Tejo, requalificação das estradas nacionais, incluindo o nó do Fogueteiro da Nacional 10, a Esquadra de Divisão Policial do Seixal, e podemos acrescentar os quartéis da GNR de Fernão Ferro, e Paio Pires, bem como as questões relacionadas com as Escolas 2.3 e secundários, nomeadamente, também aqui a nova de Fernão Ferro. São, de facto, aqui investimentos muito importantes, em vários domínios: saúde, educação, segurança, mobilidade, apoio social, que não encontram eco naquilo que são as prioridades deste Governo. E, por isso, é muito importante esta moção, para relembrar ao Governo que tem de investir no concelho, e que tem de investir na região. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, senhor presidente. Eu pergunto ao proponente se pretende intervir? Proponente, não? Não. Então, vamos colocar à votação. Quem vota a favor levanta o braço? Podem baixar. Quem se abstém? Podem baixar. Quem vota contra? Podem baixar. Esta moção foi aprovada com os votos a favor da CDU, do Bloco de Esquerda, do PAN, e da eleita independente Soraia Rosário. A abstenção do PSD e do Chega, e o voto contra do PS.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

Aprovada a Tomada de Posição nº 64/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Vinte (20) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do CDU: 16
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Doze (12) votos contra do grupo municipal do PS: 12

Quatro (4) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declarações de voto? Samuel Cruz, e Rui Belchior.

Samuel Cruz, do PS, em declaração de voto disse: “Apenas para registar que esta moção, que no fundo, não passa dum delírio comunista na sua melhor propaganda, foi discutida, como muito apreciam e gostam, que é falar sozinhos, na medida em que os outros partidos não têm tempo.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Rui Belchior?

Rui Belchior, do PSD, em declaração de voto disse: “Nós abstivemo-nos, porque enfim, nós consideramos que a Câmara Municipal, e o executivo, que já está aqui há quase 50 anos, com um orçamento de cem milhões, alguma coisa terá de fazer. Nós dizemos sempre isto. Quer dizer, com uma das maiores coletas de impostos do país, mau era que não fizessem coisa nenhuma. Bom, e algumas destas coisas são feitas ao cabo de 20 e tal anos, e de 20 anos. É preciso recordar este aspeto. Mas nós, de facto, há aqui uma parte da moção, com que concordamos. É a falta de investimento do Governo e queremos deixar aqui registado no tempo em que as pessoas andavam aqui todas de braço dado, através da geringonça, ou motivados pela geringonça, a tal história do virar da página, houve aqui um eleito do Partido Socialista, o caro amigo Nuno Barata, que aqui referia com grandes parangonas, que o Governo havia de investir cem milhões de euros, neste concelho. Bom, destes cem milhões de euros, nem um cêntimo. Talvez a Loja do Cidadão, e de forma muito tímida. Mas era só para relembrar este anúncio, e que ainda estamos à espera. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais alguma declaração de voto? Não. O documento seguinte é do PS, mas é retirado por falta de tempo. Depois, o seguinte é o voto de pesar por Paula Rego. É subscrito por Manuela Calado.

(A saudação “Dia Mundial do Refugiado” do PS foi retirada por falta de tempo).

II.12. O Grupo Municipal da CDU apresentou um Voto de Pesar por Paula Rego, subscrita por Manuela Calado.

(Documento anexo à ata com o número 12).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Manuela Calado, tem a palavra.

Manuela Calado, da CDU, disse: “Boa noite, a todos. Penso que toda a gente recebeu o voto de pesar, e eu não vou ler todo este documento, mas vou apenas fazer a ressalva de alguns parágra-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

fos. – “Paula Rego faleceu aos 87 anos, no passado dia 08 de junho em Londres. Deixa-nos uma obra extraordinária e sublime, com uma arte de grande alcance estético, histórico e político, de denúncia pelas desigualdades, violências, e subalternização das mulheres, mas sempre representadas como protagonistas, corajosas, e determinadas, mesmo nas mais duras condições da sua existência, capazes de sobreviver, e vencer como ela sempre escreveu nas suas telas. A par de Maria Vieira da Silva, Paula Rego, é a pintora portuguesa, mais aclamada a nível internacional. Estando colocada entre os quatro maiores pintores de Inglaterra. Em 2021, foi considerada uma das 25 mulheres mais influentes do mundo, pelo Financial Times. Na circunstância do seu falecimento, dum artista maior da cultura Portuguesa com uma obra incontornável, e um indiscutível conhecimento, no panorama artístico nacional, e internacional, deixando um legado único, que perdurará para sempre na história das artes plásticas, a Assembleia Municipal do Seixal, reunida em sessão ordinária no dia 27 de junho de 2022, delibera. 1.º - Aprovar o sentido de voto de pesar pela morte da pintora Paula Rego. 2.º - Expressar à sua família as mais sentidas condolências. 3.º - Guardar 1 minuto de silêncio em sua memória.” Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções, se for o caso disso, dentro dos tempos? Não há intervenções? Então, colocamos à votação. Quem vota a favor, levanta o braço? Podem baixar. Quem se abstém? Podem baixar. Portanto, foi aprovado. Não há votos contra. Esta saudação foi aprovada com os votos a favor da CDU, do PS, do PSD, do Bloco de Esquerda, do PAN, e da eleita Soraia Rosário. E a abstenção do Chega. Vamos prestar um minuto de silêncio.

Aprovada a Tomada de Posição nº 65/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Trinta e cinco (35) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Uma (1) abstenção do Grupo municipal do CH: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “O último documento, também não é apreciado, é do Bloco de Esquerda, por falta de tempo. E sendo assim, está terminado o período de antes de ordem do dia. 15 minutos de intervalo.

(A “Recomendação de adesão ao Programa cidades Fast-Track” do BE foi retirada por falta de tempo).

III – Período da Ordem do Dia.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Senhores eleitos, vamos então recomeçar. Passamos então para o período da ordem do dia.

III.1. Informação sobre requerimentos de eleitos da Assembleia Municipal.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “No primeiro ponto, a informação sobre o requerimento dos eleitos da assembleia municipal. Portanto, a grelha e passaremos a fazer assim, a informação à assembleia municipal. A grelha foi colocada na plataforma. Portanto, é a grelha do requerimento de eleitos na assembleia municipal, no mandato de 2021 / 2025, Portanto, foi-vos distribuída a documentação, e dizer-vos que foram, entretanto, dois requerimentos, duas respostas da Câmara, do senhor presidente da Câmara, que foram remetidas aos líderes, uma do Partido Socialista, e uma do Bloco de Esquerda. Uma do Partido Socialista, encontrando-se os requerimentos no conjunto, respondidos quase na totalidade. Passamos para o ponto 2 – Constituição e Estrutura das Comissões Permanentes e Específicas da Assembleia Municipal. Portanto, os senhores eleitos têm a proposta. A proposta foi trabalhada na reunião de líderes. Esta proposta que vem hoje à assembleia, é a Constituição das Comissões Permanentes que correspondem aos pelouros, e estas Comissões em termos de estrutura de distribuição dos grupos municipais, também consensualizada na reunião de líderes, há uma distribuição proporcional que tem a ver com a representação do Método de Hondt que não era possível, porque se garantiu que todos os grupos municipais participam, e também os eleitos independentes, nas comissões permanentes. A proposta integra também a respetiva coordenação. A coordenação, 3 comissões pelos eleitos da CDU, e 2 comissões pelos eleitos do PS. Isto em relação às comissões permanentes. A proposta inclui também as comissões específicas. São quatro comissões específicas. Portanto, a comissão em relação ao hospital. A comissão das questões ambientais da siderurgia nacional, que já vinha do mandato anterior, ao qual acrescentamos o aterro sanitário, face aos problemas existentes. A comissão das freguesias, e a comissão em relação ao plano municipal, ao programa habitacional do concelho. Estas comissões integram o presidente da assembleia que coordena a mesa numa das comissões que eu não referi ainda a comissão das comemorações dos 50 anos de abril. Portanto, nesta comissão, participa também a mesa, com todas os líderes municipais, 1 eleito independente, é o mesmo critério que seguimos em relação às comissões permanentes, e os presidentes das juntas de freguesia, ou união de freguesia. Portanto, esta proposta que é colocada à consideração, depois do trabalho que realizámos em sede de reunião de líderes.

III.2. Constituição e estrutura das Comissões Permanentes e Específicas da Assembleia Municipal. Aprovação.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “ Eu pergunto se há intervenções em relação à proposta? Samuel Cruz, faça o favor.

Samuel Cruz, do PS, disse: “Como ponto prévio, dizer que foi possível chegar a um consenso. Portanto, o Partido Socialista irá votar a favor, mas desse consenso saímos vencidos. Saímos vencidos e não concordámos por duas razões, e eu apenas quero deixar o registo, para ficar em ata do plenário da assembleia municipal. Em primeiro lugar, existe um princípio que vigora em todas as assembleias municipais que eu conheço, que vigora na Assembleia da República, em relação ao funcionamento das comissões, que é o da proporcionalidade. Ou seja, de alguma forma aquilo que resulta do Método de Hondt que resulta da proporcionalidade, que resulta da vontade das populações, é traduzido depois também, nomeadamente na presidência das comissões. E aí houve uma... E não é assim por negócio, ou por cedência de ninguém. É assim, porque faz sentido ser assim. No Seixal, nunca tinha sido assim. E evoluiu-se um bocadinho. De facto, o Partido Socialista, teve a hipótese de ter duas presidências. Mas não se evoluiu tudo. O que era justo é que se há proporcionalidade, há uma lógica, como se quiser... uns escolhiam uma presidência, outros escolhiam uma presidência, e a isso chama-se proporcionalidade. Mas o Partido Comunista, não tem esse entendi-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

mento da democracia. É tudo meu, e aquilo que eu dou é um favor, e, portanto, no meu entender, houve uma discussão que, enfim, como disse saí vencido e respeito a maioria, porque sou, de facto, um democrata, mas não consigo perceber a lógica, e quero aqui deixar que a escolha das presidências foi: primeiro nós, e depois tu ficas com o que sobra. Não é o meu entendimento da democracia. É o vosso. Pronto. Como eu disse, quem está em minoria e os outros partidos da oposição secundaram essa posição, acho estranho que são partidos, na génese, mais democráticos que o PCP, mas aceito. E, portanto, o Partido Socialista aceita e votará a favor. A segunda, é materialmente mais grave. Uma questão tão importante, como a criação das freguesias reuniu uma vez, se não me engano. E a solução que fomos aqui a aprovar, e mais uma vez o Partido Socialista vota vencido, vai ter o mesmo destino. O argumento é: isto é tão importante, tão importante, que tem de ser presidido pelo Presidente da Assembleia Municipal, e têm de estar os líderes todos. Nós andamos há 1 ano, para tentar discutir o regimento, e há sempre dificuldades de agenda. Agora, vai começar a funcionar a comissão de acompanhamento do presidente, que são os mesmos que estão no regimento, que são os líderes... e vamos meter mais cinco, ou seis comissões em cima, para as mesmas pessoas. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que não vai haver agenda para reunir as comissões. O que o Partido Socialista propunha era que fossem outras pessoas que não os líderes que já estão muito sobrecarregados, para que isto pudesse ter, ser mais efetivo, que trabalhar, ao fim ao cabo ser mais produtivo, que é aquilo que se pretende. A solução vencedora, mais uma vez, não é a nossa, e nós vencidos aceitamos. Mas alertamos que daqui a 3 anos, estaremos, outra vez a discutir este assunto, e isto não vai funcionar, como é por de mais evidente. Mas, também é a convicção do Partido Socialista, que desse ponto de vista o Partido Comunista é coerente, porque o Partido Comunista não quer. Sabe lidar bem quando não tem maioria absoluta, não é da sua génese, a sua génese é o totalitarismo, e, portanto, está a fazer o seu jogo e bem feito. O que eu estranho é os outros partidos da oposição se deixam entrar nisto, mas daqui a 3 anos, como eu disse, estaremos aqui para ver quantas vezes é que as comissões reuniram, que vão ser muito poucas, e aquilo que era o trabalho que tinha de ser feito, não vai ser feito, e quem sofre com isso, é a população do concelho do Seixal, infelizmente. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais intervenções? Armando Faria, se faz favor.

Armando Farias, da CDU, disse: “Eu não tinha intenção de intervir, até porque o senhor presidente clarificou o consenso sobre esta matéria. Mas uma vez que o eleito Samuel Cruz veio aqui colocar estas questões, convém aqui clarificar a assembleia. Em primeiro lugar, e eu vou tentar resumir, como é evidente, e isto deu muita discussão em sede de líderes, mas eu vou tentar resumir o mais possível. Portanto, houve uma primeira discussão do regimento que foi a questão dos tempos, e, portanto, penso que é reconhecido por todos, não sei também se do PS, que a CDU contribuiu para que todos os grupos tivessem mais tempo do que tinham, apesar de ser curto, e nós reconhecemos isso, não é? Mas se seguíssemos a lógica do Partido Socialista, os grupos mais pequenos tinham menos tempo do que têm agora. E isto é reconhecido por todos. Não sei se o PS também reconhece, ou não, mas foi assim que foi reconhecido. Essa foi a primeira questão. Em relação à questão das comissões, a questão é simples. É assim: tudo aquilo que tiver a ver com questões de Método de Hondt, ou com questões legais, aplica-se o Método de Hondt como é evidente. Quando não há Método de Hondt, há uma coisa que têm que saber. A força mais votada foi a CDU. E, portanto, quando se trata de encontrar soluções consensuais, significa que não pode ser a pretexto do Método de Hondt, ou doutra forma proporcional, em que apenas o PS é beneficiado. Era o que faltava. Porque não havendo Método de Hondt, então a força maioritária é a CDU, e ponto final. Nós



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

contribuímos para que houvesse novas comissões, também no quadro das comissões específicas, e no quadro das comissões permanentes, e no caso das coordenações das comissões, de que todos os partidos, sem exceção, incluindo os independentes, pudessem estar neste sistema. E foi isso que o PS não quis. E, por isso, há consenso com todos, e, pelos vistos, menos com o PS que agora veio aqui colocar a questão. E admiramos o PS por ter vindo aqui colocar a questão. Nós sabemos que o PS não gostou. Aliás, o Samuel disse que ficava vencido. Mas ficava vencido, oh pá, mas que estava a haver consenso. E, pelos vistos, não. E convém clarificar isto. Se eu não fui claro, eu vou ser claro. Método de Hondt, e se a lei diz que é Método de Hondt é Método de Hondt. Não havendo Método de Hondt, a nossa procura é sempre integrar... para isso temos que fazer cedências. Nós, CDU, e o PS também, porque são os grupos mais votados, quer nos tempos, quer nas outras matérias. É tão simples quanto isso. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Samuel Cruz?

Samuel Cruz, do PS, disse: “São duas breves precisões e são mesmo breves. Em relação aos tempos, não é verdade que o PS queria que os pequenos tivessem menos tempo. Isso nunca esteve em cima da mesa, e nunca foi a questão. A única questão que houve em relação aos tempos, é que a CDU entendia que do tempo que o PS e o PSD davam, o PS tinha que dar 30% do seu tempo, e o PCP dava apenas 20. E aquilo que o PS sempre defendeu e isto para ser proporcional, o PC tem de dar 25% do seu tempo, e o PS tem de dar 25% do seu tempo. Tirar 30% do tempo ao PS e tirar só 20% para si é uma coisa injusta. Porque é tirar menos a quem já tem mais, e tirar mais a quem tem menos. Foi apenas esta discussão. Não esteve em causa o tempo dos pequenos, esteve em causa o que é que cada um de nós dava para dar aos pequenos. Apenas isso, e para fique claro, a posição do Partido Socialista, e que foi a final, verdade seja dita, era que devíamos dar os dois proporcionalmente igual. E o Partido Comunista era em absoluto igual. Um dava 2 minutos, outro dava 2 minutos. Isso, não é justo. E foi essa a questão, mais nada. Essa é a primeira parte. A segunda, mais uma vez, não tem nada a ver com a representação dos pequenos. É claro que os pequenos são menos, e têm de lá estar aquelas pessoas. Foi pelos grandes, que é o PS, o PSD, a CDU, que é a maior de todas, pudessem estar outras pessoas que não fossemos nós. Porque não temos o dom da ubi- quidade, e não vamos conseguir estar lá sempre, e não vamos conseguir que isto trabalhe. Só isto. E já agora, e para finalizar em relação às presidências, uma coisa. O PS disse – “É preciso haver um critério.” E é necessário haver um critério, porque há uma coisa que não ficou resolvida. Nós acordámos que nesta primeira metade do mandato, era dividido por 3 presidências para a CDU, e duas para o PS, e a forma de dividir o PC disse – “Nós estamos primeiro e vocês ficam com o que sobra.” E o PS disse – “Atenção, porque isso funciona agora, além da força, mas funciona, mas não vai funcionar depois. E é importante ter um critério. Porque o que ficou acordado é que as comissões vão ser presididas pelos outros cinco partidos, depois da metade do mandato. E como não há nenhum critério, ou tiram ao calhas, ou então fazem como a CDU fez que sendo primeiro é quem fica, mas continuamos a ter um problema. Mas lá chegaremos. Não é importante agora.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais alguma intervenção? Não. Há, de facto, esta questão que não são mais cinco, para além da CDU, e do PS. São mais quatro grupos municipais, e, de facto, está acordado que a meio do mandato, que se for esse o entendimento, nos restantes grupos municipais, haverá uma rotação a definir, não é? Portanto, de facto, o que importa é o que já foi dito. É de garantir a participação de todos. E essa é que é uma questão essencial, e a que se chegou por consenso. Pronto. E depois, a partir de só esta nota, apenas, não é? A participação dos líderes, e do que estamos a falar é nas comissões específicas. É do entendimento que devem parti-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

cipar os líderes. Porque estamos a falar de matérias que são questões centrais da vida do concelho e na qual está a comissão do 25 de Abril. Sobre as outras matérias todas, e a comissão do 25 de Abril. Nas comissões permanentes, os líderes participarão da maneira que entenderem, não é? Portanto, não se coloca em discussão em que todas as comissões, é obrigatória a participação dos líderes...não. É nas comissões específicas, porque são matérias de fundo, que têm responsabilidade política. Porque senão, não se criavam comissões específicas. Foi este o entendimento a que chegámos. Terceira nota, e que eu não referi, esta nossa deliberação de hoje, significa uma deliberação para um regimento do mandato 2021 / 2025. Ou seja, a deliberação de hoje, a constituição das comissões permanentes, das constituições específicas, e o seu funcionamento, não é, a estrutura e a composição, constituirá um anexo ao regimento previamente já aprovado e lá chegaremos... Ora muito bem, não havendo mais intervenções, e esta é um deliberação importante, que nos permite a partir de agora colocar em funcionamento tanto as permanentes como as específicas, vamos colocar à votação. Quem vota a favor, levanta o braço. Podem baixar. Quem se abstém? Quem vota contra esta proposta é aprovada por unanimidade. Eu pergunto se há alguma declaração de voto? Não há declarações de voto.

Aprovada a Deliberação nº 26 /XIII/2022 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e seis (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o ponto seguinte, ou melhor, pontos seguintes, que são o ponto 3 e o ponto 4. – “Apreciação de Informação da Câmara” e “Apreciação da informação do Presidente da Câmara , sobre a atividade do município e situação financeira do mesmo.” Portanto, seguimos o procedimento como até aqui que é a apreciação em conjunto. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. Faça o favor.

III.3. Apreciação de informação da Câmara, sobre a atividade desta, nos termos e para efeitos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

III.4. Apreciação de informação do Presidente da Câmara, sobre a atividade do município e situação financeira do mesmo, nos termos e para efeitos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “De forma muito sucinta eu ia só destacar um conjunto de inaugurações, que realizámos junto das comemorações do 48.º aniversário do 25 de Abril, como... um novo Parque Infantil, na Rua Bento Jesus Caraça, também o Parque Urbano, na Quinta das Laranjeiras, em Fernão Ferro, o novo Jardim de Infância de Paio Pires, o Centro Náutico de Amora... Também gostaria de destacar a receção que fizemos aos novos trabalhadores das Escolas



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

2.3 e secundárias. Eu e a senhora vereadora da educação, reunimos com quase todos os 700 trabalhadores em cerca de 13 reuniões, que realizámos aqui, nos serviços centrais, e onde podemos constatar um conjunto de problemas, questões, dúvidas, da integração desses trabalhadores, e também dum conjunto de direitos, que passaram a ter e que não eram exercidos pelo Ministério da Educação. Destacava ainda também o aniversário, quer da cidade do Seixal, cidade de Amora, Vila de Corroios, e também freguesia de Fernão Ferro, e participei em três das quatro iniciativas. Sobre a área financeira, dizer que a situação está, eu diria normal, sem grande destaque. Só referir o valor, que eu penso que é importante, da dívida da Câmara Municipal, sem edifícios, no valor de vinte e três milhões de euros. Penso que é importante referir isso, em virtude do extraordinário trajeto que temos vindo a fazer. O aumento da receita, a melhoria da situação económico financeira do município, e também a redução da dívida da Câmara Municipal. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, senhor presidente da Câmara. Registo de intervenções? Samuel Cruz, Sérgio Ramalhete, Manuel Guerreiro, Mário Macedo, e Manuel Janeiro, Rafael Louro, e... Calma! Manuel Janeiro, Manuela Calado, Armando Faria, e tem a palavra Samuel Cruz.

Samuel Cruz do PS disse: “Um primeiro breve esclarecimento, e eu irei falar sobre a questão dos requerimentos e que já passou, mas que foi do nosso entendimento nos líderes que seria desta forma que o faríamos e que este seria o momento apropriado, e, portanto, aqui vai, com um breve contexto. O trabalho dos eleitos da assembleia municipal faz-se naturalmente, vindo aqui, indo às comissões, mas um papel muito fundamental que é através dos requerimentos que é feito de fora da assembleia e fora do contexto da assembleia, conseguir perceber aquilo que é o funcionamento da Câmara, e eu diria que são mesmo os requerimentos os mecanismos mais eficazes para cumprir aquilo que é a obrigação de fiscalização da assembleia municipal do trabalho do executivo. Uma primeira nota, que colhe procedimento administrativo que é quem gere aqui o código, a legislação que globalmente rege aqui a nossa intervenção, estabelece um prazo supletivo, isto é um prazo geral à falta de estipulação doutro, de 10 dias para responder aos requerimentos que há aqui requerimentos... Por exemplo, o requerimento que foi respondido hoje, tinha 192 dias. Enfim, e se hoje não tivéssemos tido a assembleia municipal, não teria sido respondido, mas há outros com 140, que nem sequer ainda foram respondidos, etc... Portanto, eu sensibilizava aqui o executivo municipal que não se trata duma questão de bisbilhotice, do que quer que seja. Trata-se de, e não sei como é que entendem, mas trata-se, de facto, de mostrar o mandato que a população nos concedeu e fazer o melhor que conseguirmos. E só na posse da informação é que os eleitos podem, de facto, dar o melhor do seu contributo. E, portanto, eu penso que, quando não se responde àquilo que é perguntado, quando se desconversa de alguma forma, não estamos, não há aí nenhum sinal especial de inteligência. Há apenas, se quiserem, por um lado, um incumprimento da lei, porque o Código Administrativo, de facto, estabelece, para quem tem o poder executivo, um conjunto de princípios, de legalidade, de boa-fé, de cooperação, etc... quando, materialmente não se responde, se responde formalmente, mas materialmente não se responde aos procedimentos, não estão a cumprir o ponto de vista que não estão na legalidade. Por outro lado, daquilo que deve ser a ética, a forma correta de fazer política, a forma correta de nos relacionarmos, é importante também que os requerimentos... Eu não sei porque é que senhor presidente da Câmara se está a rir, quando se fala em ética, eu acho que, de facto, deve ser algo que nos preside a todos, e eu não percebo qual é que é a graça da palavra, mas, eventualmente, terá alguma. Agora, eu dizia – mas consegue desconcentrar-me, de facto – que isso é importante, e nós temos aquilo que é para o nosso bom rela-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

cionamento, é importante, por um lado não gozarmos um com o outro, e por outro lado, aceitar e respeitarmos essa boa-fé e relacionarmo-nos bem. Mas o que acontece é outra coisa e eu vou apropriar-me do sentido de humor do Geraldês, que com muita propriedade, disse uma coisa muito engraçada. – “Um dia, recebemos uma resposta ao requerimento que tínhamos perguntado, enviado.” Recebemos todos ao mesmo tempo, e um dia o Geraldês liga-me e disse – “Eh pá, então eu pergunto-lhe se gosta de bitoque”, e ele responde – “Que, de vez em quando come cozido, mas também gosta duma boa dobrada.” Assim, não dá! E como o conselho é aprovado, enfim, do mais formal do ponto de vista dentro da lei, do ponto de vista mais ético daquilo que deve ser o nosso relacionamento para com os outros, eu acho piada, e como muito bem descreveu o Geraldês, é, de facto, isto que acontece, e eu escolhi aqui alguns exemplos para vos dar, por exemplo: o estatuto da oposição. O partido socialista perguntou, porque a um determinado momento tinha sido dito que o estatuto da oposição havia um relatório sobre o estatuto da oposição, e perguntamos, e então a resposta foi que – “Considerando o requerimento apresentado pelo grupo municipal, acerca do grau de observância do respeito e das garantias da oposição, cumpre-nos, desde logo, reiterar o respeito pela Câmara Municipal do Seixal, com os partidos eleitos dos órgãos, os autarcas e seus representantes. Na perspetiva de melhor esclarecer, junto remetemos os últimos relatórios sobre os factos, na altura, os anexos não vieram, mas hoje, ao consultar os requerimentos, no meio de tudo, das centenas de folhas tão desorganizadas, e já agora peço aos serviços da assembleia municipal, naturalmente, na sua pessoa, os serviços, de alguma forma, organizados, e os requerimentos, e vêm as respostas afastadas das perguntas, haver uma pasta que seja possível consultar em qualquer momento, em que esteja ordenada a pergunta e a resposta, porque é muito mais simples. Nós não somos profissionais e não temos todo o tempo de mundo, e, portanto, para conseguirmos fazer melhor o nosso trabalho. Bem, e, de facto, lá no meio de muitas centenas de páginas, eu encontrei todos os relatórios, nomeadamente o relatório de 2021. Não sei se algum de vocês tem conhecimento, e se não tem devia ter, porque aquilo que a lei 24/98 que é justamente sobre o estatuto da oposição que estabelece no seu Artigo 10.º, no número 5, é: “Os relatórios são publicados no caso das Câmaras Municipais, no Boletim Municipal.” E eu pergunto: Os relatórios, esconderam algures dentro duma pasta e foram publicados no Boletim Municipal? Não foram. Mas, a lei diz mais no seu Artigo 10.º número 1, que diz que – “Os órgãos executivos das autarquias, elaboram o relatório até ao fim de março, e no ano subsequente aquele a que diz respeito, e enviam aos titulares do direito da oposição, neste caso aos partidos, para que sobre eles se pronunciem, uma coisa que também não aconteceu. De facto, a Governança, é dar a possibilidade de todos terem acesso a informação, informação de qualidade, bem tratada, e que possam fazer bem o seu trabalho. Uma coisa que é esconder os papéis onde ninguém sabe muito bem e não lhes dá publicidade, não é nenhum mérito, nem revela nenhuma inteligência especial de quem toma esse tipo de atitudes. Mas mais, o requerimento que foi respondido hoje é uma delícia e bem ilustrativo daquilo que aqui disse. Perguntei eu, acerca do estatuto do pessoal dirigente das autarquias locais. Número 1 – “Pretende-se a listagem de todos os dirigentes da Câmara Municipal do Seixal, forma de escolha (concurso ou comissão de serviço e data de provimento... No caso do provimento de comissão de serviço, requer-se o respetivo despacho de designação.” O que é que isto significa? Para os dirigentes duma Câmara, há duas formas de provir esses lugares. Ou por concurso que é a regra normal, os funcionários públicos concorrem a quem tiver melhor currículo entra, ou por nomeação. Normalmente, essas nomeações são políticas. E, portanto, aquilo que se queria aferir, não era o nome das pessoas que foi aquilo que... A resposta diz assim – “A unidade orgânica, nome e cargo.” Isto é fácil. Se eu consultar na página da internet da Câmara, tem lá isto. Aquilo que se pre-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

tende é, o importante do depoimento que eu apresentei e demoram 190 dias, ou cerca de 160 dias para responder, era perceber qual foi a forma de escolha. Se foi por concurso, ou se foi por nomeação política. Em caso de ter sido por nomeação, há quanto tempo é que foi feita? Porque há prazos para lançar o concurso. Mas sabiam disso, percebiam isso, mas quiseram dar um “baile”. Não há outra explicação possível. Porque é evidente que se no requerimento diz – “Qual a forma de escolha, concurso ou comissão de serviço, dada por provimento ou lugar, e em caso de comissão de serviço quer-se o despacho, não há maneira, é um requerimento com três linhas. Como é que se esqueceram do essencial? Não se esqueceram, fizeram de propósito. Isso não é correto! Não é legal, e não é forma de tratar os eleitos da oposição. Naturalmente que vou insistir. Vão demorar mais 160 dias e não vão dizer nada. Não é assim. Riem-se! Achem que são muito espertos, muito inteligentes, mais inteligentes do que os outros. Lamento, mas não são. Podem chatear, e têm o direito de chatear, mas não estão a fazer as coisas da forma que devem ser feitas. Mais, outro requerimento que é uma delícia. Pergunta-se quais as quotas pagas da Câmara Municipal, às diferentes associações de municípios a que pertence? Qual a atividade de cada uma delas, e qual o benefício concreto para o município de ser associado da mesma? Penso que é uma pergunta absolutamente legítima, à qual a Câmara Municipal deve responder a um simples *e-mail* da assembleia municipal. A Câmara Municipal respondeu-me como se eu tivesse de ser detetive. – “Em resposta ao requerimento alusivo à matéria... cumpre informar que a adesão da Câmara Municipal ou qualquer associação do município, decorre de deliberação do órgão executivo, e posterior aprovação para o órgão deliberativo.” Lapalisse, eu não dizia melhor. Eu já sabia. Não era isto que eu queria saber. O que eu queria saber era quais são? Quanto é que pagamos de dinheirinho, um número? E subjetivamente, na vossa opinião, qual é a vantagem de pertencer? Mas diz mais. As representações das autarquias, dos órgãos sociais, das associações, renovam-se no início de cada mandato autárquico, mediante deliberação e tendo as propostas instruídas com os respetivos estatutos, e peço que respondem às questões colocadas no requerimento. E não respondem. Para já, não me enviaram os estatutos, nem me enviaram a cópia das deliberações, e eu não tenho de ir à procura delas, e depois não respondem. Mas, pronto. Depois, a título de exemplo, dizer que foram votadas no dia 03 de novembro de 2021, logo com... conhecimento por parte dos eleitos do Partido Socialista. Exatamente, os vereadores do Partido Socialista, se calhar, são da assembleia municipal do Partido Socialista, e têm o direito de pedir à Câmara Municipal, e a Câmara Municipal tem o dever de responder, não com esta desconversa, mas, de facto, com uma resposta clara e concreta. Mas podemos continuar. A Ana Jorge perguntou – “Qual a capacidade existente na Escola do Seixal por escola, e a nível de escolaridade?” Qual a capacidade? A capacidade é dizer – há (xis) salas de aula. Em cada sala de aula pode ter (xis) alunos. Isto é a capacidade. E depois a taxa de ocupação. A taxa de ocupação, é uma percentagem, que é o número de alunos, sobre a capacidade. Pronto. O que era exigível com isto, era que dessem um número, e uma percentagem. Eh pá, falaram imenso, discutiram sobre o 2.º e o 3.º ciclo, sobre o 2.º turno, etc... mas a capacidade e a taxa de ocupação que era a única coisa que era perguntada, nem uma palavra. Enfim, isto é claro, mas se me quiserem explicar hoje, têm a oportunidade de explicar o que não fizeram das outras vezes. Se houver alguma coisa que não percebam, digam que eu venho aqui outra vez explicar. Está bem? Eventualmente pode ser o nosso português, a incapacidade que temos de não conseguir explicar aquilo que queremos. Estamos disponíveis hoje. Vamos resolver isso. Pronto. O Geraldês pergunta numa forma muito simples e até é engraçado, porque ele já devia estar um bocadinho irritado com isto, e, portanto, diz – “Duma maneira muito objetiva, pretende saber se este executivo municipal, de acordo com a lei tal, e tal, procedeu à designação do encarregado da proteção de dados.” É uma



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

coisa simples. Isto foi falado a propósito de Setúbal, etc... e esperava-se que dissesse – Sim. Foi no-meado em tal data, e chama-se fulano de tal, e está aqui a cópia do despacho. Normal, não é? Quer dizer, é aquilo que se pretende saber. Diz esta pérola – “Considerando o requerimento apresentado pelo grupo municipal do PS, sob a figura do encarregado de proteção de dados, somos a informar que a Câmara Municipal do Seixal, cumpre os imperativos legais em matéria de proteção de dados. Espero ter esclarecido. Apresentamos os melhores esclarecimentos.” Ainda tem esta pérola de gozo no fim. E dir-me-ia – Não respondemos nada, mas esperamos que... Estão a ver? Estamos a gozar com vocês, e vocês estão a ver. Já agora... Não custa nada, é uma informação simples. Sim, ou não. Se sim, quem é e quando? Não custa nada. Ou se não nomearam, também tudo bem. Quer dizer, está mal, mas assume isso. É o normal. Pronto. Agora com isto, algum de vós conseguiu perceber se há encarregado de proteção de dados, ou não há encarregado de proteção de dados, nesta casa? Ninguém, não é? É evidente. Eu acho que o problema não é do nosso português, é mais das vossas explicações. Enfim, continuando. O Sérgio Ramalhete fez uma primeira pergunta acerca da utilização duma viatura e depois não houve resposta, e depois disse uma coisa muito simples. Refere-se a um prestador de serviços. – “A prestação de serviços é feita com os meios do prestador de serviços, e o trabalhador, trabalha com os meios da sua entidade empregadora. O trabalhador, trabalha com os meios da sua entidade empregadora. É uma coisa simples. E, portanto, pergunta-se, a razão da pergunta é dizer se de alguma forma, estamos aqui perante falsos, explicou-se isso – falsos recibos verdes, porque é uma pessoa que está a recibos verdes, portanto, um trabalhador precário, mas que, de facto, não é, está enquadrado numa estrutura funcional, não tem autonomia, usa os carros, os computadores da autarquia, etc... e isso até, no caso de haver essa situação, pode haver coimas para a entidade empregadora, etc... e diz-se o seguinte, tentando perceber se estamos perante falsos recibos verdes, ou não, e diz o seguinte: “Considerando o requerimento apresentado pelo grupo municipal do PS, sobre a utilização duma dada viatura pertencente à frota municipal, cumpre esclarecer que a mesma integra um conjunto de viaturas afetas ao gabinete de participação, e é utilizado no âmbito das atribuições e competências dessa unidade orgânica. Então, é isso. Em Fernão Ferro, há sempre uma pessoa a conduzir aquele carro. Essa pessoa não é trabalhador da autarquia, é um prestador de serviços. O que se pretende saber, é se é, de facto, um prestador de serviços, ou se é um trabalhador de forma encapotada aqui. E isso foi bem explicado no requerimento, é evidente que isto não corresponde àquilo que é o requerimento, e tem um contexto político, que eu não quero personalizar agora aqui, mas é evidente que também reconhecem e que é importante explicar que este prestador de serviços, concretamente em Fernão Ferro, que utiliza os meios da autarquia. Se é para trabalhar, ou se é para fazer política. Essa questão também se pode colocar, e é legítimo colocá-la. Por fim, é que uma... e esta aqui é muito extensa, mas a questão é basicamente, e simplesmente é isto. Há uma eleita da assembleia municipal, uma eleita do PCP da assembleia municipal de Almada, que estabeleceu um contrato de prestação de serviços, no valor de dezoito mil, trezentos e cinquenta euros, por 181 dias (6 meses). Ou seja, uma eleita do PCP na assembleia municipal de Almada, foi para a Câmara Municipal do Seixal, ganhar três mil e cinquenta euros, por mês. Pronto. Um número simpático. Mas diz o curioso que é – O que é que vem para cá fazer? – “Serviços especializados de apoio à comunicação institucional, em particular ao nível do planeamento e gestão de suportes de comunicação, e formação de linhas de apoio à população, e no âmbito das medidas de prevenção e contenção da pandemia de Covid19, assim como pelas obrigações e recomendações de processos de informação e de apoio a acompanhamento por parte da administração local, ao nível das medidas de mitigação da pandemia.” Devem ter tido a mesma dificuldade do que eu, mas isto, de facto, não tem vírgulas.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

Pronto. Depois, é uma senhora que foi contratada por três mil euros, por mês, sob a forma de prestação de serviços, para trabalhar aqui na comunicação da Câmara. Mas o curioso, é que, por exemplo, o mapa de pessoal da Câmara, tem 18 postos de trabalho, com licenciados em comunicação social, e relações públicas. Estão ocupados 11, e estão livres 7. Porque é que contrataram um prestador de serviços, se têm lugar no quadro para empregar 7 pessoas, certamente com estas valências, porque são licenciados em comunicação social, ou relações públicas, e foram contratar uma socióloga, ou psicóloga, que não se percebe bem. Nuns papéis aparece como psicóloga, noutros como socióloga. Eventualmente, pode ser as duas coisas, mas para fazer trabalho de comunicação em vez de contratar um licenciado em comunicação social, contratar uma psicóloga. Se calhar, para tratar das pessoas na saúde operacional, e quando precisar duma psicóloga, contratam alguém que seja de jornalismo. Também é uma hipótese, e também é viável que seja uma pessoa em regime de prestação de serviços, ainda que haja lugares no quadro para o fazer. Eu pensava que a CDU não legitimava a precariedade, mas, afinal, mesmo tendo lugares no quadro, vai contratar sob a forma de prestação de serviços. E esta resposta, o que diz, basicamente, é que ao longo de duas páginas, que esclarece qual é o código da contratação pública, quais são as formas da contratação pública, e remata a dizer – “E o executivo contrata quem bem quiser, mas sobre esta pessoa, em concreto, não diz rigorosamente nada, e bem sabia que era a pergunta que estávamos a fazer, mas, mais uma vez, não quis responder. Há aqui, para terminar, um problema objetivo, e peço a sua colaboração Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Bem sei que não quer ser árbitro, mas é presidente dum órgão, que perante este tipo de respostas, é manifestamente desrespeitado pela Câmara Municipal. E isto não pode passar em claro. Não pode ficar assim. É uma questão institucional, e é algo que urge resolver, mais uma vez, não é dos eleitos do Partido Socialista, e não é de mais ninguém que não seja a população do Seixal. A população do Seixal merece estas respostas. E nós, eleitos, merecemos ter essas respostas, para podermos fazer o nosso trabalho. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Sérgio Ramalhete, faça o favor.

Sérgio Ramalhete do PS disse: “Antes de entrar aqui no tema, gostava, e não sei se os senhores eleitos verificaram um título do Boletim Municipal de maio, que é muito interessante. – “Boa gestão da Câmara Municipal, reconhecida pela Assembleia Municipal do Seixal.” Eu gostava de saber por quem? Os eleitos da CDU? Os outros todos, pelo que eu percebi, não votaram a favor. Muito interessante. Mas nas minhas boquinhas não metem ninguém nenhuma palavrinha, senhor presidente. Mas, pronto. De facto, estamos hoje a analisar um documento sobre a situação financeira do município. Na minha opinião, este documento, mostra pouco, ou nada, sobre aquilo que tem sido feito no nosso concelho. Diria mesmo que o documento é uma mão cheia de nada. Condenamos sim, haver uma dívida financeira bastante elevada, e é caricato, como em todo este tipo de documento, o executivo possa demonstrar a dívida com os edifícios, e seus edifícios, como se fosse possível mostrar duas medidas e dois pesos. Mas é verdade. Esta dívida é única, e tem de ser paga. Não queiram minimizar o erro gravíssimo da vossa gestão. Assumam, que eu acho que era o mais importante, assumam que penalizaram a população do concelho, quando decidiram assinar estes contratos de arrendamento dos edifícios. E para além das rendas pagas, na altura, ainda se davam ao luxo de pagar o IMI. Pagavam o IMI do edifício que não pertencia à Câmara. Luxo, hã! Pronto. Mas, para que alguns membros da assembleia, possam perceber a gravidade do ato, e até porque alguns não estavam cá nesse mandato, e não acompanharam o processo de compra, eu vou ler um trecho do relatório do Tribunal de Contas, sobre os respetivos contratos. O que é que diz o relató-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

rio? Diz – “Trata-se de um complexo puzzle jurídico, que se traduziu na fuga – repito – na fuga, ao regime jurídico do contrato de empreitada de obra pública, e do regime jurídico de crédito público municipal.” Estamos perante a violação do princípio da economia, na forma continuada. Porquanto, os responsáveis deliberaram contratar sem prévia realização de estudos, de avaliação económica. Celebraram os contratos promessa de arrendamento antes do início das empreitadas, e vincularam-se ao arrendamento, através de cláusulas exorbitantes, manifestamente lesivas do interesse público. Não exerceram, na altura, a opção de compra, aceitando que os dois edifícios fossem vendidos pelo global de quarenta e nove milhões de euros. Como sabem, foram adquiridos, por cinquenta e oito, cinquenta e nove, praticamente. Mais nove milhões de euros. E mais, as rendas pagas por este executivo, pelos dois edifícios, até 2015, foram pelo global de quarenta milhões de euros. Ou seja, quarenta milhões de euros de rendas até 2015, mais 2015 para a frente... mais IMI, mais o valor de cinquenta milhões de euros, seguramente mais de cem milhões de euros em dois edifícios. Isto é algo que não pode ser minimizado. Pagaram-se os edifícios duas vezes. Mas, continuando. Não é possível que com este documento, que hoje estamos aqui a analisar, saber se está, onde estão a ser gastos os recursos do município. Em que rubricas e despesas de capital é que estão a ser aplicadas as verbas? Quais os programas, ou fundos comunitários, quais os montantes aos quais a Câmara concorreu? Qual é a distribuição...relativo às receitas de capital? Vir à discussão, um documento neste formato, e com este conteúdo, é querer passar um atestado de falta de inteligência a esta assembleia. Mas, se os membros eleitos aqui presentes da CDU estão confortáveis, com este tipo de informação, os restantes membros das outras bancadas, não. Lá diz a expressão – “Quem não sabe, é como quem não vê.” Tanto falam de estratégia de desenvolvimento sustentável, para o município do Seixal, como forma de condições atrativas para a fixação das empresas, e projetos inovadores. Mas neste documento, deviam também apresentar a ata de reunião da confederação. Qual o objetivo dessa reunião? Qual o resultado? Qual o benefício futuro? Eu tive o cuidado, para vocês perceberem, de ir ver quem eram os órgãos sociais da confederação. E até, numa primeira fase, achei interessante, porque tinha uma pessoa que tem uma empresa de táxis. Eh pá, até aqui, tudo bem. O giro é depois. É que os carros de direção importantes da confederação, têm esta denominação que eu vou aqui demonstrar. – “Presidente da direção – José Pisco – candidato da CDU a deputado pelo círculo de Lisboa. Vice presidente Afonso Luz – membro da assembleia municipal Sul, pela CDU. Vice presidente Duarte Nuno – membro da assembleia municipal de Serpa, pela CDU. E eu poderia continuar... Por isso é que vocês tinham um edifício espetacular só para os “meninos”. Ok. Pronto. Diz as novas práticas de Governance, e aqui para mim é que é caricato, porque este documento não mostra nada. Nós não conseguimos ver nada neste documento, nada. Nas rubricas gerais vejo sim, uma coisa importante. A dívida está lá. A dívida está lá, e foram mais de cem milhões de euros num edifício. O que a população do concelho não tem de pagar para vocês terem de pagar essa dívida! O erro foi vosso, o legado é vosso. Porque se não fosse a assembleia a aprovar o tal financiamento, hoje o problema estava por resolver. Mas, pronto. Diz as práticas de Governance que as contas deverão ser prestadas de maneira transparente, eficiente e confiável. E pela minha experiência, que é a minha área durante mais de 19 anos, neste momento, não é possível usar esses critérios. Parece que existe capacidade de fazer melhor, e de complementar a informação. Haja boa vontade para fazê-lo. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mário Macedo, faça o favor.

Mário Macedo, do BE, disse: “Ora bem, após leitura atenta dos documentos fornecidos pela Câmara, salta uma questão à vista, algo que nós até já tínhamos aqui mostrado publicamente a nossa



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

preocupação, e que temos que voltar a repetir, e voltar a debater neste assunto. Como é que uma Câmara que é auditada como é que os processos não estão uniformes? Como é que há direções que não apresentam relatórios? Como é que cada direção apresenta um relatório da sua própria maneira e vontade? Isto é inconcebível! Qualquer organização que é auditada e creditada, os processos têm de estar uniformes. Não pode cada um fazer da sua maneira, e como bem lhe apetece. Depois, dúvidas, em concreto. Nós reparámos com alguma preocupação que a Câmara do Seixal está a dever três vírgula nove milhões de euros, à ADSE, e nós perguntamos o porquê, qual é o motivo desta dívida? Na pasta dos processos judiciais, nós voltamos a mostrar preocupação, o que é que está a acontecer na gestão da Câmara, as opções que estão a ser tomadas, e porque é que há tantos processos judiciais contra a Câmara, onde o risco de condenação é elevado, os próprios serviços jurídicos classificam como elevado, o que obriga a ter que cativar 4,35 milhões de euros, devido a estes mesmos processos judiciais. E por agora disse. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Manuel Guerreiro?”

Manuel Guerreiro, da CDU, disse: “Senhor presidente, vou aproveitar esta oportunidade para fazer uma pergunta. Muito se tem especulado sobre a vinda do Hovione para o Seixal, alguns até têm feito os possíveis para que ela nunca venha, e a pergunta é esta: segundo o conhecimento, já terão sido iniciados os trabalhos de terraplanagens, de infraestruturas, etc... da unidade industrial da Hovione. Qual é o ponto da situação? Qual a previsão do início da atividade, e que benefícios, naturalmente, se esperam vir a tirar desta instalação no concelho do Seixal? Esta era a primeira questão. Uma segunda questão e já aqui foi colocada, que é o problema da reunião com a CNPE, e sobre as empresas no concelho do Seixal. Há dias, foi aqui feito um comentário que estávamos... em marcha atrás, era importante saber qual é o balanço que se faz da instalação de empresas, do desenvolvimento, o verdadeiro balanço, qual é o conhecimento que a Câmara tem dessa situação no vosso concelho? Era importante que a assembleia fosse informada do resultado dessa reunião, em concreto, e também, naturalmente, da evolução, ou involução, se quiserem, da instalação das empresas, da criação de emprego, e naturalmente da criação de riqueza no concelho. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Rafael Louro, faça o favor.

Rafael Louro, da CDU, disse: “Eu venho perguntar, relativamente ao Centro Náutico de Amora, tendo sido o mesmo inaugurado há cerca de 3 meses, se é já possível fazer algum tipo de avaliação sobre o seu funcionamento, nomeadamente quanto à sua contribuição para uma maior dinamização das atividades náuticas? Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Manuel Janeiro.

Manuel Janeiro, da CDU, disse: “Eu estou aqui para fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, que tem a ver com a questão da transferência de competências, ou melhor, por aquilo que se está a ver, e por aquilo que tem sido falado por todos os municípios, a transferência de responsabilidades, na área da educação, do Ministério da Educação, para a Câmara Municipal. O que nós gostaríamos de saber é: neste momento, como estão a decorrer o processo de acolhimento, e integração dos trabalhadores nas escolas do seio da autarquia da Câmara Municipal?”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Manuela Calado.

Manuela Calado, da CDU, disse: “Sendo o município do Seixal um dos municípios percussores da rede Portuguesa de municípios saudáveis, contando esta associação já com 66 municípios, portan-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

to, já representa, senão 50% da população, quase, e que estando num processo de transferência de competências, também este tema é muito debatido na rede e nos seus municípios, cujas políticas e os projetos que tem vindo a desenvolvendo ao longo dos anos, na promoção de hábitos de vida saudável, e também estabelecendo parcerias com a academia, a rede contratualizou há cerca de 1 ano, mais ou menos, com a Universidade de Coimbra, a construção dum atlas da saúde. E aquilo que eu queria perguntar ao senhor presidente, era saber como é que está, se está já na fase final, e se estando na fase final, para quando é que se avizinha o seu lançamento, a sua apresentação pública? A segunda questão, e considerando que esta é uma grande ferramenta de trabalho, não só para os municípios, e que, supostamente, a rede também irá alargar à Direção Geral de Saúde, gostaria também de perguntar se esta instituição, a Direção Geral de Saúde, se tem tido alguma participação na construção deste atlas? Quando eu digo participação, é em termos financeiros, subentende-se. Obrigada.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Armando Farias.

Armando Farias, da CDU, disse: “Fazer aqui algum comentário, em relação a coisas que foram já aqui ditas, e depois também tenho uma pergunta a fazer ao executivo. Em relação às questões que foram aqui colocadas pelo eleito Samuel Cruz, relativamente a documentos que serão escondidos, segundo ele disse, pela Câmara, eu registei o seguinte: por um lado, o que parece, porque depois acabou por fazer referência a vários requerimentos que foram respondidos – e, portanto, por um lado, parece que não gosta é da resposta. Mas, se não gosta da resposta, paciência, não é? Mas fez uma leitura exaustiva de alguns requerimentos que foram respondidos. Mas depois também disse, relativamente a outras questões, que não tem - eu registei. Eu registei o que foi dito – “Não tenho de ir à procura de informação.” Portanto, há outras questões de informação. Por exemplo, quando foi referido o relatório de 2021. Tem mil e tal páginas. Tem mil e tal páginas, porquê? Porque a atividade da Câmara é uma atividade muito forte, não é, portanto, há-de tratar do muito que se fez, mas também está muita informação. Nomeadamente, informações daquelas que vocês gostam, que é dos cursos, das pessoas, etc... E, portanto, é mais fácil dizer assim – Eu não vou à procura da informação, e o executivo que responda. Ou seja, querer converter o executivo por uma assessoria pessoal do Samuel Cruz, o que é engraçado. Não pode ser. Portanto, as questões têm de ser vistas nesta perspetiva. Se querem paralisar o executivo, o PSD não paralisa o executivo, porque o executivo não está aqui ao serviço do que interessa ao Partido Socialista. O executivo está aqui para resolver os problemas das populações, e tudo o que está no site, vocês vão lá buscar a informação que precisam. Depois, pode haver alguma informação, sim senhor, que não está no site. Oh pá, mas não é aquilo que vocês estão a querer crer. Vocês estão a querer é outra coisa. E, portanto, não vale a pena ir por aí, porque não vale a pena. Já deviam ter percebido que por aí não vão lá. E depois há outros aspetos que é o seguinte – há muitos aspetos que em abstrato pode dizer muito e pode dizer nada, não é? O André Macedo veio aqui referir a questão dos processos judiciais. Quer dizer, são muitos. Está bem, mas em abstrato não diz nada. Porque se forem processos para defender o interesse da Câmara, aí podem ser muitos. Desde que sejam para defender o interesse da Câmara, são processos, temos que ver a natureza dos processos. Em abstrato, isso pode dizer muito e pode não dizer nada. Relativamente à questão que queria colocar da informação do executivo é o seguinte: há cerca de 2 meses, 2 meses e pico, foi inaugurado o Centro Inova, ali no Centro Comercial de Miratejo, e queria em primeiro lugar congratular o executivo por tomar uma medida que vem dinamizar aquele Centro Comercial. Tem espaços e projetos inovadores, a criação de postos de trabalho, apoios a pequenos empresários, inclusivamente também a descentralização da



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

própria Junta, que agora tem lá uma delegação no Centro Comercial, e, portanto, isso é muito positivo. A pergunta é saber se passado este tempo, é possível fazer algum balanço das perspetivas que foram traçadas? Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ora, uma segunda ronda, se for caso disso, de inscrições, para fecharmos. Quem é que pretende mais ainda intervir? Ora, vamos lá ver. Nuno Capucha, José Geraldès, Mário Macedo...”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Estamos na segunda, fechamos na segunda, não é?”

Mário Macedo, do BE, disse: “Claro que sim.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não, mas é nesta Mário, que se inscreve, não é?”

Mário Macedo, do BE, disse: “Sim. Eu achava que estávamos na primeira e que ainda ia haver uma segunda volta.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não, não.

Mário Macedo, do BE, disse: “Então, eu...”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não, não, e no final, o senhor presidente da Câmara responde, não é? Portanto, Nuno Capucha, José Geraldès, Mário Macedo. Mais alguma, para fecharmos? Não? Samuel Cruz? Fechamos assim? Há mais alguma intervenção? Portanto, Nuno Capucha, José Geraldès, Mário Macedo e Samuel Cruz.

José Geraldès, do PS, disse: “Senhor presidente, é possível?”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Com certeza. Por mim, não tem problema nenhum, como é evidente. Bom, está fechado? Está fechado. Então, José Geraldès.

José Geraldès, do PS, disse: “A noite já vai longa, e hoje eu nem tencionava falar, e até nem estou mal disposto, eu estou bem disposto, mas, de facto, a questão dos requerimentos é uma questão problemática, e grave. Este documento que foi entregue, tem aqui um conjunto de graves omissões. Eu, pessoalmente, pessoalmente mesmo, vou voltar à carga com um conjunto de requerimentos que não estão respondidos. O Samuel deu aqui um exemplo. E o exemplo que eu dei é muito simples. Eu perguntei ao presidente – “Olhe lá, você aprecia nabo cozido?” E a resposta que ele me deu foi – “Eu aprecio um bom cozido.” Mas ele não respondeu à pergunta. Há aqui um conjunto de questões que estão aqui elencadas, e que eu lhe perguntei, e que a resposta é uma resposta perfeitamente de assobiar para o lado. Não respondem! Mas têm que responder e têm que mostrar os dados. Eu pedi inquéritos. Pedi um conjunto de respostas concretas. Em relação à questão da Ucrânia, o apoio. Foi uma questão muito simples e a resposta veio nula. Eu já elenquei tudo isso, e vou voltar à carga, e não vou desistir, em nome da transparência. Portanto, nós não podemos saber de nomes e custos, queremos é transparência. O exemplo que foi aqui dado pela assembleia municipal da ELSA eu tenho aqui mais 5 casos destes, e vou continuar. E para já, vou ter calma, e não me vou chatear. Mas é assim: eu estou a discutir política, e não vou discutir pessoas, e depois veremos só uma coisa. Há aqui um requerimento que eu fiz, por acaso fui eu que fiz, e é uma chatice, em 07/02, que já deviam responder. E eu já insisti duas vezes. E se de uma vez acabam as... Não me obriguem a ir para a rua gritar. E as pessoas até hoje não me responderam. Há aqui conjunto de situações... Isto não é compaginável com um conceito democrático, e é um autêntico desrespeito para com o órgão duma assembleia municipal. E eu aqui falo para todos os



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

eleitos. Ao menos cumpram as regras. Respondam sim, ou não. O caso da viatura, eu sei muito mais do que vocês pensam. Mas isso vai ser esclarecido. Agora, não venham fazer aquela insinuação, como já fizeram, numa assembleia, numa sessão de Câmara, não foi aqui, que os homens do PS são corruptos. Eu não sou corrupto, e não admito isso. E vou-vos provar à exaustão que – e não vos vou chamar corruptos, mas vou chamar coisas muito parecidas. Com cumplicidades, compadrios, etc... E vou provar isso tudo. E depois há mais casos, mas para hoje eu não quero esgotar o meu tempo. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado. Tem a palavra o Nuno Capucha.

Nuno Capucha, do CH, disse: “De facto, esta questão das respostas que são dadas a perguntas objetivas, é preocupante. Poder-se-ia falar em dislexia política, ou para retomar os exemplos do Geraldos – dislexia gastronómica, quando se pergunta – “Gosta de peixe frito? Quando eu vou ao Chirmarrão, prefiro a minha picanha mal passada, por exemplo. É por aí. E qualquer pessoa que tenha feito o exame da 4.ª classe, e que não sofra de analfabetismo, percebe que a solução é chutar para o lado. E o Chega vai apresentar um requerimento, aliás, darei o “enter” depois de falar, e que aborda uma questão que nos afeta, que nos afetou a nós, diretamente, mas que queremos fazer assim desta forma publicamente, e também daremos conta da resposta publicamente, porque achamos que é uma questão que tem de ficar bem esclarecida e eu vou passar a ler, e só se falhar alguma vírgula é que o requerimento será diferente. – “Na sequência da perda de confiança política, do agora vereador Independente – Henrique José Livreiro Viçoso Freire, ex-militante do Chega, foi levantada por diversas pessoas, a questão da progressão profissional do vereador dentro da Câmara Municipal do Seixal. O Partido Chega, recusa-se a participar em julgamentos sumários na praça pública, sobretudo, quando envolve o bom nome de outrem. Contudo, dado o número crescente daqueles que nos abordam para falar sobre o assunto, não podemos deixar de efetuar algumas perguntas à Câmara Municipal do Seixal, para que possamos dar respostas esclarecedoras. A verdade é a melhor arma, para dissipar dúvidas, e afastar calúnias, Naturalmente, se não for tratado, este é um assunto de importância, através do efeito – bola de neve – que os boatos possuem. Tal efeito, não deixará de penalizar todos os envolvidos. O Chega será acusado de ter permitido ser barriga de aluguer de ambições pessoais, o vereador será acusado de corrupção passiva, e os responsáveis do município, serão acusados de corrupção ativa, pelo menos na praça pública. Considerando assim o exposto, pretende o partido Chega saber, em concreto, qual a carreira, o índice, e o escalão, em que se encontra atualmente o funcionário da Câmara Municipal do Seixal – Henrique José Livreiro Viçoso Freire? A informação solicitada no ponto 4, deverá ser acompanhada da data de produção de efeitos, e terá despacho do senhor presidente da Câmara.” Disse.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado. Tem a palavra o eleito Mário Macedo.

Mário Macedo, do BE, disse: “Ora bem, além das questões que eu, há bocado, aqui deixei, há também três ou quatro questões, que também seriam muito interessantes serem agora respondidas, e alvo de alguma reflexão por parte do executivo, perante esta assembleia municipal. Até porque estavam nas GOP que nós aprovamos em dezembro, e que até foram aspetos em que graças à intervenção do Bloco, as GOP foram melhoradas e conseguimos dar um contributo essencial para o nosso concelho. Nomeadamente, e para não ser muito exaustivo, até pelo avançado da hora, vou-me focar em quatro áreas. Na área da saúde, por exemplo, e estava nas GOP um Centro de Saúde Mental, que estaria associado ao Garcia da Orta, no Fogueteiro. Um Centro de Saúde Mental, e



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

também de apoio às dependências. Como é que estamos de evolução sobre este projeto? Qual é que a atualização, em que estágio é que nós estamos? Conseguimos abrir este centro até dezembro? Na área social, por exemplo, foi votado também nas GOP estavam previstos 20 mil euros, para um gabinete social de combate à solidão e ao abandono. No fundo, um gabinete que prestasse o seu serviço junto da população sem-abrigo do concelho. Estavam previstos 20 mil euros, o que é que foi feito neste capítulo? Qual é que a execução? Se os projetos estão a avançar, se não estão a avançar, se estão parados, em que sentido é que nós estamos? Também na área do social, uma das bandeiras do Bloco, foi a tarifa social da água automática. Será implementada ainda este ano, não? Já passaram 6 meses, vamos agora para a época de verão, será que conseguimos ter isto até ao final do ano, ou não conseguimos? E para finalizar, no capítulo da educação, houve também um compromisso, por parte da Câmara e deste executivo, e nós bem sabemos que, neste caso, a responsabilidade não é única e exclusivamente da Câmara, mas também tem uma palavra a dizer neste capítulo. O que é que tem estado a ser feito, para terminar, ou pelo menos, diminuir duma forma visível, o turno duplo do nosso concelho, nas escolas do nosso concelho? Obrigado.

O 1.º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado eleito Mário Macedo. Tem a palavra o eleito Samuel Cruz.

Samuel Cruz, do PS, disse: “Eu prescindo.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Prescindindo, no pressuposto, não há mais inscrições. Dava a palavra ao senhor presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Muito bem. Muito obrigado. Obrigado pelas questões. São um conjunto delas e eu ia pedir aqui a ajuda dos nossos vereadores com funções executivas. Começando pelo vereador do desporto, Bruno Santos, para me dar uma nota sobre a questão do Centro Náutico de Amora. Depois, também à vereadora Maria João Macau sobre o acolhimento e estruturação dos trabalhadores, das Escolas 2.3 e secundárias. E sobre esta última questão, os horários duplos. Depois também do vice-presidente, do Paulo Silva, sobre a atas da saúde, e as questões relacionadas com a saúde. Então, o vereador Bruno Santos, por favor?

O Vereador Bruno Santos disse: “Em relação à questão que foi colocada em relação ao Centro Náutico, ao fim de 3 meses que lição é que devíamos fazer, em primeiro lugar, valorizar muito este equipamento, porque de vez em quando, esgotamos este tipo de apoio e este tipo de colaboração que temos com o nosso movimento associativo popular, e despejar dinheiro nas coletividades, quando assim não é, é construir um equipamento de qualidade e que existem poucos na área metropolitana de Lisboa, e que ainda antes de ser inaugurado, digamos assim, já estava a ser utilizado atualmente pelo Centro de Canoagem de Amora, que tinha maiores dificuldades no acesso à água, como bem sabemos, onde as instalações estavam no antigo mercado de Amora. Neste momento, já as duas coletividades estão a funcionar no Centro Náutico, portanto, o Clube de Canoagem de Amora, como a Associação Naval Amorense. De referir também esta informação que é importante, e neste fim-de-semana, por exemplo, tivemos três atletas que foram formados no Clube de Canoagem de Amora, a representar Portugal, nos campeonatos da Europa, de juniores, e de Sub-23. O Duarte Silveira, que é atleta da canoagem de Amora, o Pedro Casinha e o João Duarte. O Pedro Casinha, inclusive conseguiu um 2.º lugar, e isto também é um exemplo de que, e não sendo os resultados o mais importante, o mais importante é o fomento da prática desportiva, e o acesso dos nossos jovens à prática desportiva, seja ela de que forma for, mais formal, ou mais informal, mas é sempre de relevar e de salientar os bons resultados que os nossos clubes têm apresentado, e que



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

também é o caso da Associação Naval Amorense. Neste momento, já desenvolvem atividade neste Centro Náutico, centenas de jovens atletas. E também já existem em curso, prestadas pelas coletividades, aulas abertas. E isto envolve não só as escolas, mas também as próprias famílias. Ao fim-de-semana, estão a promover, digamos assim, o acesso à prática desportiva, e neste caso, em termos de atividades náuticas, no Centro Náutico de Amora, que também é uma mais-valia, para a população. E acho que este tipo de investimento que muitas vezes, e volto a referir, é desvalorizado, é também uma marca desportiva do nosso concelho. Acho que todos nos revemos naquilo que é o fomento da prática desportiva. E, em particular, tendo nós uma Baía como a que dispomos, este Centro Náutico de Amora, veio acrescentar muito à cidade de Amora, veio acrescentar muito ao concelho do Seixal, e ao desporto no concelho do Seixal.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Obrigado, Bruno Santos. Passo a palavra à Vereadora Maria João.

A Vereadora Maria João Macau disse: “Em relação à questão do acolhimento e integração da associação dos trabalhadores das Escolas 2.3 e ensinos secundários, dizer que decorreram 12 reuniões, com todos eles, e que têm sido feitas para cada agrupamento de escolas, e obviamente que convidamos os diretores das respetivas, desse agrupamento da escola secundária, o que também contribuiu para podermos refletir, conversar, tirar dúvidas, e por isso, também suscitar opinião. Em relação à questão dos trabalhadores, dizer quais foram aqui acolhidos da melhor forma, uma vez que nós, no âmbito da nossa política, temos vindo a valorizar os nossos trabalhadores, que perceberam, muito claramente, que a opção política que a Câmara, desde sempre tem tido, desde o acordo ACEP e dos sindicatos, que trouxe algumas vantagens para os próprios. Vantagens essas que não serão iguais em todas as autarquias, mas no caso do Seixal, por via do ACEP portanto, terão essas vantagens, nomeadamente no que diz respeito a 3 dias de férias a mais, por via também do SI-ADAP e também o dia do aniversário, assim como têm o direito a ter uma coisa que nunca conheceram, nas escolas terem um trabalho e um gabinete de saúde ocupacional, que pode e deve continuar a acompanhar. Dizer que essas consultas são sempre gratuitas para todos os trabalhadores, portanto, aquilo o que nós costumamos fazer a estes trabalhadores das escolas, é igual àquilo que serve todos os nossos trabalhadores, e por isso, dizer que tem bastante bem. Estamos a fazer, neste momento um plano de formação, no qual estamos a receber os contributos de todos eles, para podermos depois colocar à discussão e também à aprovação. No que diz respeito ainda a estas reuniões, a preocupação grave, para nós, a presença de muitos trabalhadores que são pessoas que estão com um vínculo precário, que estão a trabalhar a horas e que são mais de 56 trabalhadores que estão nestas condições. Por outro lado, outro motivo de preocupação é que a lista nominativa, que saiu em Diário da República, ainda não foi republicada com todos estes trabalhadores, ainda faltam nomes. Há várias gralhas. Há pessoas que já faleceram, há pessoas que já estão aposentadas, há pessoas que estão em processos de organismos já diferentes de mobilidade, e por isso é que ainda não houve essa correção da parte do Ministério da Educação, para que nos possa dar o título, portanto, a esses trabalhadores. Dizer ainda que em relação a estes vínculos, portanto, o Ministério da Educação, conhecia as necessidades, que são necessidades permanentes. As pessoas estão a terminar os seus vínculos em junho, e vão ficar sem emprego. Nós fizemos um ofício dirigido ao Ministério da Educação, ao senhor ministro, para dar uma solução a estas pessoas que não têm culpa da inoperância, da incompetência do Governo. Porque se quisessem ter resolvido, tinham resolvido antes da descentralização de competências. Portanto, são pessoas que estão em vínculo precário, e, portanto, apresentámos solução, e estamos a ver se da parte do Ministério,



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

tem essa regularização de vínculos... que pode ser uma alternativa rápida e eficiente para acabar com estes empregos precários na administração pública. Depois, dizer ainda que em relação à questão dos turnos, os turnos duplos, que nós temos vindo a fazer a revisão da parte educativa, e daí estarmos a propor a criação de novas escolas, nomeadamente a nível do 1.º ciclo, mas também ao nível do 2.º e 3.º ciclos, e secundário. Por outro lado, estamos a cumprir com um programa de requalificação e ampliação, para escolas existentes, e por via disso, aumentar e alargar tanto a rede da questão pré-escolar, e a questão do 1.º ciclo no ensino básico. No que diz respeito ao 2.º e 3.º ciclo, e secundário, na última assembleia, falei também sobre isto, e há a necessidade ainda da construção de mais escolas, e acabar também com estes regimes duplos, que terão de ser necessariamente aqui da parte do Ministério, abrir, no fundo, uma política de investimento para valorizar a escola pública, e criar e ampliar as escolas que não ficaram completamente construídas como foi o caso da Básica 2.3 de Corroios, que não tem o bloco de ciências.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Obrigado, Maria João. Vice presidente, o Dr. Paulo Silva, por favor.

O Vice-presidente da Câmara Municipal disse: “ A rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, em colaboração com a equipa de investigação em Geografia da Saúde da Universidade de Coimbra, coordenada pela Prof.ª Paula Santana, está a desenvolver este projeto – Atlas e Saúde, com o objetivo de caracterizar o estado de saúde e os seus determinantes, nos municípios da rede Portuguesa dos municípios saudáveis. Pretende-se com isto a criação duma plataforma de conhecimento, com dados georreferenciados, e atualizadas ao longo dos anos, que se constitua como ferramenta de suporte à elaboração de um perfil de saúde municipal e da carta de saúde municipal, e à definição de estratégias e políticas municipais. A elaboração do Atlas da Saúde, compreende uma fase de elaboração, e uma fase de monitorização no decorrer de um período de 42 meses no total. Tem-se estado a realizar reuniões em todo o país, com os municípios aderentes, e esperemos até ao final do ano, haver a conclusão da fase de implementação do Atlas da Saúde. Que tem um valor global próximo dos cento e noventa mil euros, e não tem qualquer participação do Ministério da Saúde, e, portanto, é unicamente financiado pelos municípios que fazem parte da rede. Muito obrigado, senhores eleitos.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Obrigado. Respondendo às outras matérias e perguntar sobre os requerimentos. Dizer que nós respondemos sempre da forma mais esclarecedora àquilo que a assembleia municipal necessita. Admito que nem sempre o conseguimos fazer da melhor forma, mas cá estamos para melhorar, e para reconhecer de forma humilde, que podemos melhorar. Mas, no entanto, reiterar, uma vez mais, que o nosso propósito é responder à assembleia municipal e aos senhores eleitos, da forma mais esclarecedora possível, para que tenham o máximo de informação, para a sua atividade política. Sobre a questão das dívidas da Câmara Municipal, eu penso que é importante destrinçarmos aquilo que tem sido a evolução da Câmara, a sua situação económico-financeira, desde a situação da intervenção da Troika. E porque é que colocamos a questão sem edifícios? Porque, de facto, fizemos a comparação com o período 2011 / 2012, e agora 2022, passados cerca de 10 anos, e verificamos, sem os edifícios, uma notória melhoria relativamente à situação de endividamento do município. E, claro, dizer também que para a aquisição dos edifícios, foi uma medida de gestão acertada, e, por isso, foi votada também na assembleia municipal do Seixal, de forma, eu diria, que quase por unanimidade, e tem-se revelado um bom instrumento, não só pelo ponto de vista funcional que já utilizávamos, quer os serviços operacionais, quer os centrais, mas também daquilo que resultou em termos de situação patrimonial do próprio



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

município. Sobre a dívida à ADSE, ela já decorre há muitos anos, e é uma dívida que foi assumida com a ADSE, e que está registada, e que tem um acordo de pagamento e, neste momento, há este valor em dívida, que está a ser amortizado à ordem de um milhão de euros por ano. Era uma dívida que estava na ordem dos treze milhões de euros, e por isso, temos vindo a fazer este trajeto de pagamento também à ADSE. Processos judiciais, estão expressos, de várias naturezas. A Câmara Municipal, apesar do risco de condenação, a verdade é que temos vindo a ganhar vários processos, fruto também daquilo que é, muitas vezes, falta de fundamentação do ponto de vista da acusação ao município, mas, no entanto, há sempre o risco de condenação, e por isso, os serviços jurídicos do município, por uma questão preventiva, sempre intitulam esses processos como risco de condenação. Sobre a fábrica Hovione. As obras já começaram, com as infraestruturas públicas. Nós fizemos uma visita à obra, e é uma obra que vai decorrer nesta componente, por cerca de 1 ano, 1 ano e meio, e depois seguir-se-á uma outra fase relativamente à própria unidade industrial. Nós não conhecemos ainda o calendário na totalidade, mas este arranque é já muito positivo, para que, de facto, esta fábrica possa, o mais cedo possível, começar a trazer mais-valias, para o município. E também referir aquilo que foi o resultado da iniciativa com a Confederação Portuguesa dos Pequenos e Médios Empresários, aqui referir-me a um conjunto de indicadores importantes que foram apresentados nessa iniciativa, nomeadamente o número de empresas que no ano de 2020, e são os dados mais recentes que temos, são de há 2 anos, e estamos ainda em pandemia, mas, no entanto, o município apresentava em 2020, quase quatro mil empresas com um volume de negócios de mais de dois mil e trezentos milhões de euros. Tinha também integrados nestas quase quatro mil empresas, praticamente vinte mil trabalhadores, sendo que destas quatro mil empresas, quatrocentos e dezassete são exportadoras, e exportaram um volume de negócios de cerca de quinhentos e vinte e dois milhões de euros. Também dizer que nos anos entre 2016 e 2020, registou-se sempre, mesmo no ano de 2020, em pandemia, um aumento do número de empresas com sede no município, e também referir-me ao que são as principais áreas, em termos daquilo que são as principais áreas de atividade das empresas no concelho do Seixal, e logo em primeiro lugar, em termos de volume de negócio, a indústria, que, de facto, continua a ter um peso muito importante, em termos percentuais, em quase 35% do total de negócios em 2020, o setor industrial. Depois segue-se o setor grossista e de retalho, com cerca de 18% a 15% da área, e depois em 4.º lugar, o setor da construção. Isto em termos de negócios. Se falarmos em termos do número de trabalhadores, aqui a construção já passa para 2.º lugar, sendo que a primeira continua a ser a indústria. Por isso, este relatório que foi apresentado nesta conferência realizada pela Confederação Portuguesa dos Pequenos e Médios Empresários, foi muito importante, não só para caracterizarmos aquilo que tem sido a matriz empresarial e o perfil empresarial do concelho, como também o debate sobre os problemas atuais das pequenas e médias empresas, nomeadamente com o aumento dos fatores de custo, os combustíveis, energia, bens de primeira necessidade, bens produtivos, para poderem ser transformados, e, de facto, foi uma iniciativa muito rica daquilo que é o panorama económico local. Ainda referindo-me ao Centro Náutico de Amora, só para dizer uma questão que o senhor vereador do desporto pediu para transmitir, e que, de facto, não tinha referido, que é em termos de investimento esta infraestruturas, só contou unicamente com o apoio da Câmara Municipal do Seixal. Não houve qualquer apoio do Estado. Aliás, o Governo esqueceu completamente aquilo que são os equipamentos desportivos, ou mesmo culturais. São muito poucos os exemplos de apoios que existem por parte do Governo, relativamente a este tipo de equipamentos. Ainda referir-me ao Centro Comercial de Miratejo uma adaptação da Câmara Municipal do Centro Comercial, para fins de rentabilização económica, e projetos de auto emprego. Temos, neste momento,



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

quatro unidades empresariais, vamos dizer assim, em funcionamento neste...e a nossa expectativa é crescer. Também está em funcionamento há cerca de 3 meses, e vamos continuar a divulgar o Centro e as ofertas que tem para o auto emprego, e para a criação de pequenas empresas. Sobre o edifício da saúde mental, o senhor vice-presidente não o referiu. Não referiu, mas eu vou referir. Nós, hoje, adquirimos uma antiga clínica que vamos transformar num edifício de apoio à área mental, a saúde mental do Hospital Garcia da Orta, e foi hoje mesmo adquirido, hoje à tarde, e, portanto, iremos cumprir com o nosso protocolo com o Hospital Garcia da Orta. Em relação aos sem-abrigo, estamos também a colaborar com a CRIAR-T, que é a instituição social, que foi designada pela Segurança Social, para tratar da população sem-abrigo. O município tem vindo a apoiar esta instituição, e temos algumas infraestruturas e investimentos que vamos partilhar em termos de investimento. E penso ter respondido às questões que foram colocadas. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado, senhor presidente da Câmara. Terminado o ponto 3.º e 4.º, falta concluir a ordem de trabalhos. É exatamente 01h00 e eu pergunto à assembleia através dos senhores líderes, se podemos continuar e concluirmos a ordem de trabalhos? Ora, CDU, Faria, Samuel Cruz, Rui Belchior, Mário Macedo, Nuno Capucha, e Ivo Gomes, e naturalmente a Soraia Rosário. Ok. Ora, passamos para o ponto 5.º - “Prorrogação do prazo de constituição e cedência gratuita do Direito de Superfície a favor da AURPIA.” (Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Amora). Adenda. Aprovação. O senhor presidente da Câmara?

III.5. Prorrogação do prazo de constituição e cedência gratuita do Direito de Superfície a favor da AURPIA (Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Amora). Adenda. Aprovação.

III.6. Prorrogação do prazo de constituição e cedência gratuita do Direito de Superfície a favor da AURPIS (Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos do Seixal). Adenda. Aprovação.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Com certeza. Pronto, eu agradeço ao senhor vice-presidente. E, portanto, as duas em conjunto, ou seja, ponto 6.º - “Prorrogação do prazo de constituição e cedência gratuita do Direito de Superfície a favor da AURPIS (Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos do Seixal). Adenda. Aprovação.” São duas associações de reformados. Senhor presidente da Câmara?

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Muito bem. São dois processos muito simples, e tratando-se de requisitos que são necessários relativamente a candidaturas que vamos fazer no PRR, destas duas instituições. A primeira, necessitamos ter, pelo menos, 20 anos de afetação das Infraestruturas após a candidatura, e nesse sentido o que propomos é que se alargue o prazo inicial por um período de mais 10 anos, e na segunda instituição por um período de mais 5 anos. Com esta deliberação nós estaremos em condições de apresentar ambas as candidaturas ao PRR. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado. Intervenções em relação a estes pontos? Quem é que pretende intervir? Não há pedidos de intervenção? É isso. Então, vamos passar à votação. Ponto 5 – quem vota a favor? Podem baixar. Quem se abstém? Votos contra? Portanto, está aprovado por unanimidade. Declarações de voto? Não há declarações de voto.

Aprovada a Deliberação nº 27/XIII/2022 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e seis (36) votos a favor dos seguintes eleitos:



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ponto 6 - quem vota a favor, levanta o braço? Podem baixar. Quem se abstém? Votos contra? Portanto, está aprovado por unanimidade. Declarações de voto? Não há declarações de voto.

Aprovada a Deliberação nº 28/XIII/2022 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e um (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

III.7. Minuta da Ata. Aprovação.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Coloco-vos a aprovação da ata em minuta. Portanto, consideramos aprovada a ata em minuta. Está terminada a sessão da assembleia municipal, e tudo a correr bem convosco, com todos e todas.

Aprovada a Deliberação nº 29/XIII/2022 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e um (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2022

3.ª Sessão Ordinária – 27 de junho de 2022

Nada mais havendo a tratar, **O Presidente da Assembleia Municipal** deu os trabalhos por encerrados, agradecendo a presença do executivo municipal e dos membros deste Órgão.

A sessão terminou cerca da 01:05 horas do dia 28 de junho.

Nos termos do art.º 5.º do Decreto-Lei nº 45362 de 21 de Novembro de 1963 (com a redação atualizada pelo Decreto-Lei nº 334/82 de 19 de Agosto, e de acordo com uma interpretação extensiva), os documentos mencionados são arquivados, ora em pasta anexa à presente ata, ora no respetivo processo.

Sempre que se indicou ter sido tomada qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovado nos termos e para efeitos do disposto no art.º 92.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação atualizada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro e pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente e Secretários em exercício:

O Presidente da Assembleia Municipal:

O Primeiro Secretário:

A Segunda Secretária: